

O MOVIMENTO «57»
NA CULTURA PORTUGUESA



Biblioteca Breve
SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

ISBN 972 - 566 - 148 - 6

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ANTÓNIO QUADROS

MANUEL R. G. GAMA

O MOVIMENTO «57»
NA CULTURA
PORTUGUESA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

**O Movimento «57»
na Cultura Portuguesa**

Biblioteca Breve / Volume 116

1.ª edição — 1991

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem

4 000 exemplares

Coordenação geral

Beja Madeira

Orientação gráfica

Luís Correia

Distribuição comercial

Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão

Gráfica Maiadouro
Rua Padre Luís Campos, 686 — 4470 MAIA

Janeiro 1991

Depósito legal n.º 41 220/91

ISSN 0871 – 5173

ÍNDICE

PRÓLOGO	7
CAPÍTULO I — <i>O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA /57: ANTECEDENTES</i>	9
1. Situação no tempo do movimento «57»	9
2. O movimento «57»: antecedentes.....	10
2.1 «Romantismo», «Renascença Portuguesa», «Orpheu» e «Renovação Democrática»: enraizamento do «57»	12
2.1.1 O «Romantismo»	12
2.1.2 A «Renascença Portuguesa»	15
2.1.3 O «Orpheu».....	19
2.1.4 A «Renovação Democrática».....	20
2.2 Outros movimentos culturais: desenraizamento do «57».....	21
3. «57» e o movimento da cultura portuguesa	28
CAPÍTULO II — <i>O IDEÁRIO DO «57»</i>	30
1. «Manifesto de 57: dos problemas da cultura portuguesa às vias da sua solução».....	31
2. A Pátria como sentido da acção.....	37

3. O problema das filosofias nacionais	42
4. O Ensino	45
5. A obra e as ideias dos principais colaboradores ...	51
5.1 Álvaro Ribeiro e José Marinho	52
5.2 António Quadros	62
5.3 Orlando Vitorino	70
5.4 Afonso Botelho	74
CAPÍTULO III — <i>O «57» E O AMBIENTE CULTURAL E FILOSÓFICO DO SEU TEMPO</i>	77
1. O «57» e o ambiente cultural do seu tempo	77
1.1 O Movimento «57»	77
1.2 O «Neo-Realismo»	81
1.3 O «Surrealismo»	82
1.4 A «ideologia dominante»	83
2. O «57» e o problema da filosofia portuguesa	84
2.1 O ambiente filosófico	84
2.2 O problema da filosofia portuguesa	86
CONCLUSÃO	90
NOTAS	93
SUMÁRIOS DO JORNAL 57	114
ÍNDICE DE AUTORES DO JORNAL 57	140
BIBLIOGRAFIA	144

PRÓLOGO

O Conteúdo deste trabalho incide sobre as ideias do movimento «57» e dos seus principais elementos. A par disso, procurámos dar um panorama do ambiente cultural e filosófico do período em que o «57» se inseriu.

O primeiro Capítulo intitula-se «O Movimento de Cultura Portuguesa/57: Antecedentes». Nele se faz a situação, no tempo, relativamente ao período em que existiu o «57» — cuja voz era expressa fundamentalmente através do jornal 57—, bem como aos seus antecedentes e inserção no movimento da cultura portuguesa.

No segundo Capítulo, intitulado «O Ideário do '57'», procurámos sistematizar, de uma forma quanto possível objectiva, as teses fundamentais do Movimento, baseados fundamentalmente no seu órgão, o jornal 57. Incluímos também neste Capítulo, uma visão geral das ideias dos principais elementos do movimento «57», baseados predominantemente nos seus estudos insertos no jornal 57.

O terceiro Capítulo faz a abordagem de «O '57' e o ambiente cultural e filosófico do seu tempo». Nele se faz a contextualização do movimento «57».

Na conclusão procurámos dar uma perspectiva crítica sobre o pensamento e acção do movimento «57».

Terminámos com «Sumários dos Jornal 57», onde fazemos uma exposição de todos os títulos de artigos e respectivos autores,

secções, etc., dos onze números do jornal 57, e também um índice de Autores que aparecem nesse jornal.

Queremos deixar aqui a nossa palavra de reconhecimento, ao Professor Doutor Lúcio Craveira da Silva, orientador deste trabalho, pelo ânimo dado e pela confiança depositada na efectivação deste estudo.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA / 57: ANTECEDENTES

1. *Situação no tempo do movimento «57»*

Em 1957, ano do centenário do nascimento de Sampaio Bruno e ano da publicação de *A Razão Animada*, de Álvaro Ribeiro, por isso, «ano de graça para a cultura portuguesa» ⁽¹⁾, inicia-se, em Maio, a publicação do jornal «57 — actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura» ⁽²⁾ que, a partir dos números 3-4 (Dezembro, 1957), até ao fim da sua publicação, número 11 (1962), apresenta como cabeçalho «57 — Movimento de Cultura Portuguesa».

Apresentado como publicação independente, o 57 é o órgão do movimento «57», mais comumente conhecido como «Movimento de Cultura Portuguesa», que se insere no denominado grupo da *filosofia portuguesa* ⁽³⁾. Como director, em todos os números, aparece António Quadros, sendo acompanhado, nalguns deles, por Fernando Morgado e, também, Orlando Vitorino,

num único número. Os principais mentores e impulsionadores são Álvaro Ribeiro, José Marinho, António Quadros, Afonso Botelho e Orlando Vitorino.

Tendo uma vida curta (1957-1962), o 57 teve o seu precursor na revista *Acto* (4), dirigida por António Quadros e Orlando Vitorino e onde colaboraram, entre outros, Teixeira de Pascoaes, ainda vivo à data, Álvaro Ribeiro, José Marinho, Raul Leal, Cunha Leão, J. Blanc de Portugal, Martins Correia, e os brasileiros Augusto Frederico Schmidt, Lêdo Ivo e Luís Washington, este com uma série de entrevistas sobre a crise da universidade, em que foram ouvidos Ortega y Gasset e Sant'Anna Dionísio, Benedetto Croce e Delfim Santos. Esta publicação preludiou algumas das teses do 57.

E, sinal de que o espírito do movimento continuou, apesar de terminada a publicação do 57, foi o aparecimento da revista *Espiral* (5), igualmente dirigida por António Quadros, onde se notam claramente afinidades com as duas publicações anteriores. Os colaboradores desta revista não diferem muito dos do 57, sendo perceptível aí a maturação das ideias da *filosofia portuguesa* (6). Aparecem ainda as revistas *Escola Formal* (1977) e *Ensaio* (1980), embebidas no mesmo espírito.

2. O movimento «57»: antecedentes

Procurando uma razão de ser, histórica, para o «57», pouco clara para alguns (7), António Quadros no n.º 7 do 57, insere um longo artigo onde passa em revista, criticamente, os principais movimentos culturais portugueses, dos finais do século XIX, e do século XX, até ao desabrochar do «57».

Nessa análise aos principais movimentos culturais portugueses, António Quadros utiliza uma «grelha» de interpretação que é necessário esclarecer previamente. Que é entendido por movimento cultural? Que dinâmica introduz o movimento cultural numa sociedade? Quem incute essa dinâmica, isto é, quem são os agentes do movimento?

Cultura é entendida aqui no sentido espiritual, funcionando os movimentos culturais como uma luta contra a petrificação em volta de conceitos rígidos que antagonizam a evolução, o progresso, o movimento espiritual:

Os movimentos culturais são «um protesto contra o que é morto nas políticas, nas filosofias e nas religiões. Mais do que um protesto, representam a revalidação do mito espiritual, retomando por sua conta e risco, contra a pressão das grandes potências sociais, o movimento do culto ou do cultivo do espírito»⁽⁸⁾.

Quanto aos agentes desse «protesto», eles são sobretudo, minorias que agem como catalizadores que vão impulsionado a evolução, o progresso, o movimento espiritual, ainda que esse movimento/dinâmica seja por vezes imperceptível:

«Religioso ou laico, quer o mito do Espírito, arquétipo visível das elites, que haja movimento do homem e que este não seja apenas positivo, material, técnico.»

«A história dos movimentos culturais de um povo ou de uma civilização é a história do

esforço magnífico de uma minoria para equilibrar e resolver o peso do pecado contra o movimento. Neles e por eles, sempre se cumpre, mesmo quando socialmente diminuído, o mito do Espírito» (9).

É dentro desta perspectiva que é feita a análise — por António Quadros — dos principais movimentos culturais, de oitocentos e novecentos, anteriores ao «57», e que este ganha inteligibilidade como movimento cultural.

Historicamente, o «57», não é um movimento desenraizado e «(...) a muitos espíritos atentos se afigurou que das não menores virtudes do '57' foi ter actuado como *revelador* de chapas antes nebulosas e imprecisas» (10), isto é, o «57», retoma uma tradição cultural e *actualiza* certas teses implícitas em movimentos como o «Romantismo», o «Orpheu» e, sobretudo, a «Renascença Portuguesa», reajustando-as ao condicionalismo cultural da época em que se insere, finais dos anos 50, princípios dos anos 60.

2.1 «Romantismo», «Renascença Portuguesa», «Orpheu» e «Renovação Democrática»: enraizamento do «57»

2.1.1 O «Romantismo»

Segundo António Quadros, é no espírito destes movimentos, como vimos imediatamente atrás, que enraíza directamente o «57», tentando na actualidade «completar e desenvolver especulativamente o que

[nesses movimentos], ficando apenas virtual, causara a própria degenerescência intrínseca» (11).

A fórmula republicana, adoptada no princípio do século como antídoto dos erros a que tinha chegado o constitucionalismo monárquico, inspira-se nas ideias do «Romantismo»:

«A revolução liberal, em sua magnífica inspiração romântica, em sua ideal aspiração de justiça e liberdade, nascera apoiada a um movimento cultural, consubstanciado na Revista 'Panorama', de Herculano, a uma elaboração de ideias de alto nível especulativo e literário, a que deram o melhor do seu espírito um Almeida Garrett, um Alexandre Herculano, um Silvestre Pinheiro Ferreira, um António Feliciano de Castilho, um D. Pedro V e tantas figuras de nobre vulto intelectual e humano, no rol dos quais seria injusto esquecer, embora a sua acção fosse mais marginal e individualista, um Camilo Castelo Branco e um Júlio Dinis» (12).

No entanto, entre o período brilhante do «Romantismo» e a implantação da República, vive-se na nossa cultura uma mentalidade decadentista, deixada pelos «Vencidos da Vida». Que aconteceu para que os ideais do «Romantismo» tivessem desembocado, no imediato, numa sociedade rígida e intolerante, pessimista e desalentada, conforme as descrições dos «Vencidos da Vida»? Aconteceu que, apesar de termos um regime constitucional, as mentalidades não tinham mudado, isto é, tinham mudado as instituições, mas não as mentalidades.

Em que coordenadas se apoiavam as ideias do «Romantismo»? Na definição de um tipo de português que, por sua vez, servia de abstracto à ideia de liberdade:

«(...) fazendo renascer as velhas lendas, coordenando o cancionero popular, restituindo a dimensão mística aos heróis, tentando definir as bases de uma educação tipicamente portuguesa, propuseram [Garrett, Herculano, Castilho], um tipo de português cuja liberdade de pensar e de agir se definiu a partir da realidade antropológica do seu ser atávico, colectivo, situado, e não apenas a partir de uma abstracta legislação ou uma árida institucionalização.»

«Só é livre — pensa o nacionalismo romântico e liberal — quem se conhece a si mesmo, no que lhe é adstrito como indivíduo e no que lhe pertence como colectividade dinâmica e movente no tempo» ⁽¹³⁾.

Mas, apesar da sua sintonização com a ideia de que «a antropologia precede a política» — postulado para o «57» —, condição indispensável para que um movimento cultural vingue, os seus ideais não se concretizaram, fundamentalmente, refere António Quadros, por falta de uma sistematização filosófica, concretizada numa filosofia da Pátria ⁽¹⁴⁾. Falha essa que a «Renascença Portuguesa» irá tentar preencher, como veremos adiante.

A geração dos «Vencidos da Vida» não só não aproveita as ideias do «Romantismo», como as rejeita numa dinâmica antitética. Ao tipo de português, e

sequente dinâmica cultural, proposto pelos românticos, opõem os «Vencidos da Vida» a implantação de sistemas feitos e acabados, importados de Paris, num organismo que não tinham penetrado em profundidade. Em consequência, fruto desse desajustamento, instala-se na nossa sociedade uma mentalidade de atonia:

«Nada conseguiu de efectivo este movimento formalmente brilhante (...) que não soube extrair do liberalismo romântico o que este continha de mais válido (...), que atrás de si deixou apenas instalado o tremendo complexo de inferioridade, que ainda hoje nos verga, o derrotismo, o ‘não valem nada’, o ‘somos irremediavelmente provinciais’ de um masoquismo intelectual sem qualquer espécie de frutos» (15).

É neste contexto que surge a implantação da República, enquanto que o movimento da «Renascença Portuguesa» estava já em germinação.

2.1.2 A «Renascença Portuguesa»

«Que cada acto humano levasse consigo o peso da sua transcendência, que lei, instituição, governante, obedecessem a plano superior ao do seu âmbito imediato e circunscrito, que *ser português* fosse *ser espiritual* na medida das intrínsecas qualidades do nosso povo, eis a sua exigência e o seu protesto, eis a legenda da sua obra mal compreendida e, vamos lá, não

inteiramente expressa como fecunda relação filosófico-pragmática» (16).

Eis, em suma, o lema dos renascentes, que têm nos seus poetas os «iniciáticos sacerdotes do culto da pátria», que tentam livrar o português da malha das ideias dos «Vencidos» que o tinham envilecido e que o tinham deixado prestes a abdicar da sua virtualidade de criador e de pensador, de homem cômico, esclarecido e sábio (17). Perante esta situação, para «erguer o templo da moderna Lusitânia», vão os renascentes seguir

«(...) o exemplo do *Panorama*, mas agora de ângulo diferente». E «em vez de partir de fora para dentro com os Vencidos, entendem os intelectuais da *Renascença* pensar Portugal *de dentro* e sublimar as suas mais fundas e prometedoras virtualidades (...)» (18).

Aos elementos da «Renascença Portuguesa», atendendo ao período histórico que viviam, parecer-lhes que o único caminho para dinamizar a cultura segundo os seus ideais, seria a República. Há, portanto, um comprometimento político, mas não ideológico.

Mas depressa começou a desilusão, pois enganaram-se ao julgar que os seus ideais se concretizariam pela via da política. Apesar de os políticos serem outros, o Estado continuou a sofrer das «velhas» manobras daqueles. É perante esta situação que se revigora o ardor dos renascentes, não abandonando a defesa da fórmula republicana, mas segundo um prisma diferente, que era o de tentar conferir «substância espiritual» à República, perante as crescentes lutas partidárias e tentativas de

conquista do poder, opondo-se, por isso, à máxima *Politique d'abord* que, além de encarnar o vão desejo de poder, busca também a vã ambição de glória onde, refere António Quadros, «morre toda a possibilidade do autêntico progresso humano».

Assim, considerando seus mestres Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro e sendo orientados por Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra, os renascentes vão tentar fecundar a República segundo as ideias de Bruno:

A República, seria a «continuadora das melhores tradições e arquétipos do nosso povo, uma República segundo a tese de Bruno no 'Encoberto' — o que está encoberto não é um homem, não é um símbolo, não é sequer um messias, o que está encoberto é o *Homem* — e tarefa gigantesca e primacial da jovem instituição seria, no *pensamento* de Bruno, *descobrir* o Homem em todas as virtualidades latentes e adormecidas, o Homem Português (...)» (19).

E, para atingir os fins, inspirados em Bruno, os caminhos a percorrer deviam pautar-se pelas «bíblias» do movimento que ensinam que o Homem Português, na sua plena liberdade, só se descobre afastando o véu do imperialismo das culturas estrangeiras ou estranhas:

«Nas bíblias do movimento, *Arte de ser português* ou *O Criacionismo*, se propunham, explicitavam e definiam formas de teleologia espiritual que, pragmaticamente realizadas, dariam fins próprios, fins superiores e não apenas fugazes e momentâneos, à *República Portuguesa*. Tal

era a condição do liberalismo redivivo: a liberdade do indivíduo só se concebia possível quando garantida pela liberdade da pátria frente ao imperialismo de algumas culturas estrangeiras ou estranhas» (20).

Que aconteceu à República e a estes homens «nacionalistas e republicanos — segundo António Quadros (20a) — espiritualistas e pedagogos, poetas e filósofos, neo-liberais e neo-românticos», que pretendiam ser «arquitectos, os arquitectos do espírito novo e missionário da República Portuguesa»? O desvirtuamento daquela e a profunda desilusão destes.

Quanto à República, o espiritualismo de Bruno e Junqueiro ficam na penumbra e o que floresceu, afinal, foi o positivismo de Teófilo Braga que, devido ao apoio dos principais grupos políticos, animou as instituições republicanas, desde as políticas às pedagógicas (21). Quanto ao movimento, começa a definhar, perde a sua coesão e a luta segue a via do individualismo:

«Leonardo Coimbra ainda passou fugazmente pela pasta da Instrução Pública. Pascoaes, que sonhara ver a *Arte de ser português* adoptada oficialmente nas escolas (22), retirou-se para S. João de Gatão. Os poetas-sacerdotes da saudade e dos sentimentos peculiares (...) seguiram o seu destino individual (...). A *Águia*, voando alto demais para os estrangeiros positivistas e para os políticos engenhosos, cumpriu o seu ciclo e apenas Fernando Pessoa, fazendo nela a sua escandalosa aparição em público com os ensaios hoje reunidos sob o título *A nova poesia portuguesa*,

a fizera brilhar nos derradeiros dias, com o génio da sua juventude» (23).

Perante a queda progressiva da «Renascença Portuguesa», novo movimento cultural se levanta, o «Orpheu».

2.1.3 O «Orpheu»

É interessante constatar que, segundo a perspectiva do «57», aqui traduzida pela palavra de António Quadros, a «Renascença Portuguesa» permanece no contexto do movimento cultural do nosso século, como a luz, donde emanam feixes luminosos que iluminam, ou deixam na penumbra, todos os movimentos subsequentes, conferindo-lhe, pois, maior ou menor grau de relação. Todos eles são perfilhados pela «Renascença Portuguesa», quer por enraizamento directo, numa linha de continuação e, até, de modificação, quer por enraizamento indirecto, com tonalidades de incompreensão e, até, de «traição»:

«Pode afirmar-se sem receio que todos os movimentos culturais portugueses do período subsequente à I Guerra Mundial, são de um ou de outro modo, filhos da *Águia*. Filhos que a continuaram, modificando-a; filhos que dela se alimentaram, traindo-a; filhos que a não compreenderam; filhos, até, que a ignoraram. Orpheu e seus sucedâneos, *Athena*, *Contemporânea*, *Portugal Futurista*, *Sudoeste*, *Seara Nova*, *Integralismo*;

Renovação Democrática — parecem-nos ligados com laços mais ou menos visíveis à Renascença» (24).

O «Orpheu» insere-se numa linha de ligação directa com a «Renascença», não numa linha de continuidade linear, mas, perseguindo ideais semelhantes, tenta corrigir-lhe lacunas. Dentre estas, a que aparece mais marcante, pela negativa, reside no idealismo da «Renascença Portuguesa», que não tomara em linha de conta as condições diminuídas da vossa vida social. É este aspecto que inspira o combate do «Orpheu», que envolve simultaneamente duas direcções bem definidas: a crítica ou catárquica e a criadora ou órfica (25).

Na função criadora ou catárquica toma vulto o orfismo de Pessoa — messiânico sob a influência de Sampaio Bruno e sebastianista sob a influência de António Vieira — que ganhará dimensão colectiva e nacional através da *Mensagem*. É precisamente nas ideias desta obra, entre outras, que o «57» se irá inspirar para diagnosticar e impulsionar o movimento teleológico da pátria portuguesa, como veremos adiante.

Mas, à semelhança do «Romantismo», também ao «Orpheu» faltou a articulação e a sistematização, tanto a nível duma filosofia como a nível duma pragmática.

2.1.4 A «Renovação Democrática»

Anos mais tarde, no panorama cultural português, surge a «Renovação Democrática», cuja orientação pertence a três jovens escritores, Domingos Monteiro, Álvaro Ribeiro e Pedro Veiga, de filiação, respectivamente, em Teixeira de Pascoaes, Leonardo

Coimbra e Fernando Pessoa ⁽²⁶⁾. Dela fazem parte também Delfim Santos, Adolfo Casais Monteiro, António Alvim, Lobo Vilela, Mário de Castro e Eduardo Salgueiro.

Nascido na Faculdade de Letras do Porto, onde estudaram quase todos os seus elementos, este movimento, de curta duração, é como que uma ponte entre a «Renascença Portuguesa» e o «57». Tal como este, a «Renascença Democrática» pretendeu prolongar a vida aos ideais daquela: «Era aqui que residia a sua principal originalidade: o que não ficara bem explícito ao longo da doutrinação da *Águia*, ia-se expandindo e adquirindo novas facetas (...)» ⁽²⁷⁾.

Quanto à sua actividade, circunscrita à crítica social e teorização de uma reforma político-pedagógica, ela é pautada por dois princípios orientadores, claramente renascentista: defesa, simultaneamente, de um pensamento autónomo e livre, de base nacional e do primado da filosofia sobre a política. Aspectos que irão constituir, mais tarde, fonte de inspiração e desenvolvimento por parte do «57».

2.2 *Outros movimentos culturais: desenraizamento do «57»*

Dentre os movimentos de que o «57» não aparece como *revelador*, encontram-se principalmente o «Integralismo Lusitano», a «Seara Nova», a «Presença» e o «Neo-realismo».

Em relação ao «Integralismo Lusitano» ⁽²⁸⁾, tal como já foi referido anteriormente, também António Quadros lhe atribui influências do espírito da *Águia*, ao nível do

nacionalismo mítico. Só que essa influência é apenas de cariz exterior, pois o seu nacionalismo é mais formal que filosófico e mais passadista que messianista. E, também, enquanto que os renascentes eram republicanos e liberais, os integralistas colocaram a sua esperança numa restauração monárquica de tipo miguelista, desejando revivescer as instituições tradicionais da Idade Média.

Daí que, segundo a análise de António Quadros, na perseguição dos seus ideais, se encontrem escritores e polemistas de valor, como António Sardinha, Pequito Rebelo ou Hipólito Raposo, que ardorosamente defenderam e desenvolveram algumas das virtudes anímicas do nosso povo.

No entanto, a falta de perenidade do «Integralismo Lusitano» deve atribuir-se, entre outros aspectos, à grande importância dada às instituições em desfavor do homem e à sua concepção de Pátria que, segundo os integralistas, era concebida como tendo que ser, necessariamente, monárquico-tradicionalista, simbolizada num Rei todo-poderoso:

O «Integralismo» «não logrou fundamentar filosoficamente as suas teses: não propôs uma concepção do homem, não teorizou fins superiores para a pátria, não ideou um sistema de educação. Formalista, um tanto passadista e historicista, ao mesmo tempo preso a preconceitos jurídicos, atribuiu infinitamente mais importância à instituição do que ao homem, no que seguiu um aspecto evidente do positivismo. (...) A falta de um pensamento — que se julgou preencher pelo recurso à influência

francesa da *Action Française* e de Charles Maurras — impediu ao *Integralismo* uma profunda e válida projecção nacional, uma firme consistência capaz de resistir logicamente (que não animicamente) ⁽²⁹⁾ aos ataques desferidos pelos mais inteligentes dos *seareiros* ou dos *renascentes* ainda em actividade à época» ⁽³⁰⁾.

A «Seara Nova» é o movimento que, por um lado, mais directamente tem a ver com a «Renascença Portuguesa», pois alguns dos seus principais membros a ela pertenceram e, por outro lado, é aquele cuja acção mais desvirtuou os ideais da «Renascença» e do «Orpheu». Aos ideais espiritualistas da «Renascença» e do «Orpheu», explicitados no saudosismo de Pascoaes, no criacionismo de Leonardo Coimbra e no messianismo de Fernando Pessoa, opuseram os seareiros um racionalismo, em desfavor de outras formas gnósicas, como poesia, arte, etc., convictos de que «todas as formas de nacionalismo transcendente e cultural são anacrónicas ao *estado positivo* e de que há um único problema real, que é o da organização horizontal da sociedade» ⁽³¹⁾.

A par desta perspectiva dos seareiros, por contraposição com a via preconizada pela «Renascença Portuguesa» — que, para o «57» permanece como o ideal e padrão de todo e qualquer movimento cultural português — outros aspectos, nomeadamente o «núcleo central para-religioso» da «Renascença», e sobretudo uma sistematização de conjunto, enquadrada numa filosofia da pátria, são falhas apontadas à «Seara Nova» que, para o «57», desvirtuam a essência do movimento cultural, isto é, o cumprimento do «mito do Espírito»:

«Um pedagogismo idealista e abstracto ⁽³²⁾, um democratismo inadapado à circunstância portuguesa, um universalismo sem sumo religioso ou sequer político, um socialismo de herança anteriana, um historicismo materialista e predominantemente económico, um criticismo herdado dos *Vencidos da Vida*, elaboraram frequentemente objecções sociais e políticas acertadas, soluções parciais e imediatas, porém nada disto pôde sistematizar-se em relação à totalidade de perspectivas que uma pátria comporta» ⁽³³⁾.

Embora a doutrina da «Seara Nova» esteja repassada de sentimentos de patriotismo e messianismo, e apesar de alguns dos seareiros terem participado na governação, nos tempos da República, faltou-lhe o essencial (as falhas acima apontadas) para que tivessem tido um papel determinante no movimento cultural português e, logo, na reforma das mentalidades.

A «Presença», inserida no espírito coimbrão, filia-se em grande parte, segundo António Quadros, nas ideias fundamentais dos «Vencidos da Vida». E, o que torna este movimento peculiar, diferente dos outros movimentos culturais, é o não ter intenções programáticas; pretendiam apenas uma expressão literária «cujo desenvolvimento dependeria da específica idiosincrasia dos seus colaboradores» ⁽³⁴⁾. Daí que, nesse espaço de criação e criatividade, se tivessem revelado alguns grandes escritores.

No entanto, a actividade do movimento da «Presença» não pode ser vista numa única direcção. Ele apresenta claramente duas: a da criação e a da crítica:

«Teve (...) duas direcções distintas: um aspecto criador, propiciado pelo desejo de realização de valores antropológicos e poéticos nacionais, distinguindo-se naturalmente Torga, Branquinho da Fonseca e a poesia e a dramaturgia de Régio; e um aspecto crítico, representado por João Gaspar Simões e Régio, a que mais tarde se juntaram outros elementos, como Casais Monteiro. Arvorando a literatura à categoria de absoluto, sobrestimando o valor da crítica literária, menosprezando a dimensão filosófica e a aproximação metafísica dos problemas, dando à categoria do *moderno* um conteúdo que não poderia comportar» (35).

Por esta dissensão interna dá-se o afastamento de Torga, Branquinho da Fonseca e Edmundo de Bettencourt (36) — precisamente aqueles que pretendiam seguir uma linha de valorização dos aspectos nacionais —, ficando a imperar a via da crítica. E é precisamente contra esta «Presença» que se insurge o «57», pela pena de António Quadros. A sua crítica à directriz seguida pela «Presença» é contundente, uma vez que defende uma linha, que é radicalmente oposta, e combatida, pelo «57»: o culto de correntes estrangeiras.

«Arvorando a literatura à categoria de absoluto» (37), os presencistas em vez de alimentarem a sua expressão literária nos valores nacionais, vão, pelo contrário, beber às correntes literárias vigentes na Europa, especialmente

em França e Inglaterra, elevando os escritores desses países à categoria de ídolos. Por isso, com o culto dessas correntes estrangeiras, por parte da «Presença», «estancou-se em certa medida a fonte de inovação e a linha dinâmica de acção de que a *Renascença* e o *Orpheu* havia dado provas» (38). O que lhe valeu as críticas tenazes, como dissemos acima, uma vez que a acção da «Presença» aparece como uma força antagónica, como que estranha, ao natural devir do «mito do Espírito», contribuindo, assim, para uma grande diminuição da nossa autonomia cultural.

No seguimento da crítica à «Presença», António Quadros aborda ainda, e engloba nessa crítica, os movimentos do «Neo-realismo» e do «Surrealismo».

Quanto ao primeiro, reunido em torno da divisa *Novo Cancioneiro*, apesar de coimbrão como a «Presença», é no combate ao presencismo que define as suas teses. O grupo baseou a sua expressão em aspectos essencialmente populares e tradicionais, dando especial atenção à terra portuguesa e à sua cultura tradicional, o que lhe confere um carácter positivo.

No entanto, se aquele aspecto é virtuoso, segundo a linha preconizada pelo «57», já a interpretação materialista do idealismo hegeliano aplicada a esse conteúdo e essa temática, é considerada negativa, pois ao fixarem-se numa adesão aos problemas unicamente no plano da vontade, do sentimento, da paixão, confere-lhes «desinteresse (...) pela procura da verdade, isto é, por qualquer forma de interpretação transcendente à sociologia pura, põe em perigo evidente a sua forte vivência do Bem, o seu agudo sentimento da justiça social» (39).

O «Neo-realismo» dá grande importância ao aspecto formal, derivando daí uma grande atenção prestada às instituições, em detrimento do aspecto antropológico, enquanto que os surrealistas perspectivam as coisas ao contrário:

«Para (...) o *surrealismo*, o problema social apresenta-se de maneira inteiramente distinta. Enquanto para os neo-realistas a necessidade primária é a da reforma da orgânica social e a substituição de umas instituições por outras, partindo-se do princípio (...) de que o homem se amoldará ao sistema quer queira quer não, ao contrário os surrealistas, anti-hegelianos por excelência, repudiam toda e qualquer modalidade sistemática. A entidade a reformar é o homem e dessa reforma só pode ser responsável cada indivíduo»⁽⁴⁰⁾.

Para os surrealistas o homem social — apanágio dos neo-realistas — é uma máscara que é preciso aniquilar, para libertar o homem individual na sua interioridade, na sua profundidade, no seu inconsciente — núcleo central da especificidade humana, que assim «ganhará a sua mais alta dimensão cognitiva e pragmática»⁽⁴¹⁾.

Na concretização dos seus objectivos, os nossos surrealistas seguiram duas vias: a da crítica e ataque ao sistema social, por todas as formas possíveis, e a da exploração do mundo inconsciente segundo os ensinamentos de Freud, Adler ou Szondi. Mas em nenhum deles se conseguiu plano de originalidade.

No aspecto crítico, não foram além dos seus precursores Álvaro de Campos e Mário de Sá-Carneiro.

Quanto ao outro, algo mais se conseguiu, quer na pintura, quer na poesia, quer nas novelas (42).

No entanto, o surrealismo português, também não ganhou plano de evidência no nosso plano cultural. Primeiro, porque atinado ao seu cariz freudiano, anti-filosófico, anti-político, anti-pragmático e anti-colectivista, não souberam servir-se da doutrina de Jung e Jaspers, que haviam ultrapassado aquelas dificuldades segundo, porque não souberam embeber o seu espírito num pensamento português mais vasto, que não ficasse restringido a círculos literários ou revistas de assinatura.

3. «57» e o movimento da cultura portuguesa

Finalmente, surge o «57». Para cumprir o «mito do Espírito». Depois do *enevoamento* da cultura portuguesa, provocada, segundo António Quadros, pelos movimentos abordados no ponto anterior, surge o «57» como uma «lógica necessidade dialéctica», para dar continuidade ao sentido do movimento cultural português. Assim, o «57», tal como referimos no início deste Capítulo, insere-se na dinâmica do movimento cultural português, procurando ampliar e completar o que ficara virtual em movimentos como o «Romantismo», a «Renascença Portuguesa», «Orpheu». Mas, o que nestes ou noutros movimentos tinha carácter literário, artístico, religioso ou político «surge no '57' e na obra dos seus colaboradores mais representativos, como um sistema de filosofia, a que todas essas manifestações se coordenem, o sistema da filosofia portuguesa» (43). Concretizando mais, tomando

as palavras de António Quadros, o «57» tem como objectivo orientador, o

«(...) reconduzir o homem português à consciência da sua mais fecunda virtualidade realizadora, já pelo conhecimento da sua intrinsecidade, já pela proposição de teses sociais, educativas, culturais, apresentadas em termos concretos e sempre religadas a uma teleologia espiritual, que propiciem a libertação da sua energia criadora» ⁽⁴⁴⁾.

Conhecido o objectivo do «57», no Capítulo seguinte iremos abordar as teses propostas, por parte do movimento e dos seus principais colaboradores, para atingirem o objectivo proposto.

CAPÍTULO II

O IDEÁRIO DO «57»

Toda a orientação da doutrina do «57» se enquadra na dinâmica conhecer-servir: «Não é possível servir Portugal sem conhecer Portugal. Não é possível servir o homem português sem conhecer o homem português»⁽⁴⁵⁾. Isto é, o percurso do «57» passa pelo conhecimento da nossa identidade, por um lado, e por outro, pelo diagnóstico dos problemas da nossa cultura, indicando seguidamente caminhos para tentar ultrapassá-los.

As linhas mestras dessa dinâmica aparecem sintetizadas nos Manifestos dos dois primeiros números do seu órgão, o 57: o «Manifesto de 57» e o «Manifesto sobre a Pátria». No «Manifesto de 57» é feita, primeiramente, uma análise às razões da enfermidade da cultura portuguesa, sendo indicadas, seguidamente, vias de solução desses problemas. Mas, quer num caso quer noutra, tanto a auscultação como a proposta de soluções não devem ser feitas num plano sociológico ou, mesmo, sob uma perspectiva descomprometida, pelo contrário, tudo deve ser analisado *comprometidamente*

com uma filosofia da pátria — eis o fundamental do «Manifesto sobre a Pátria».

1. *«Manifesto de 57: dos problemas da cultura portuguesa às vias da sua solução»*

O «Movimento de Cultura Portuguesa» ou «57», logo no primeiro número do seu órgão, através do «Manifesto de 57», dá-nos a conhecer a mentalidade com que o movimento se sente identificado. Não se trata, como veremos nas suas palavras, da mentalidade dominante, mas, pelo contrário, duma mentalidade da diferença:

«Nós somos solidários desses milhares de jovens indiferentes à cultura, que enchem os estádios, os cinemas e os cafés. Nós somos solidários dos que viraram as costas a esses brilhantes aparatos racionais e abstractos, os sistemas metafísicos; que viraram as costas às grandes promessas utópicas, brilhantes na sua argumentação falaciosa e desligadas das condições humanas e naturais quando não trans-naturais da realidade; que viraram as costas ao fogo de artifício lírico; que viraram as costas a todos os dogmatismos, contrários à simples prova de reflexão individual e buscando coarctá-la na sua liberdade interior; que viraram as costas a todas as formas da mentira, mesmo quando esta se reveste das aliciantes da beleza ou do bem comum» (46).

A mentalidade dominante é aquela que, segundo eles, coincide com a defesa da dependência da nossa cultura em relação a correntes estrangeiras, com que estão comprometidos ainda que, por vezes, impensadamente — os nossos professores, escritores e artistas. É contra esta mentalidade, que o «57» trava o seu combate, tentando preservar a nossa autonomia: «Aceitar como superiores as formas políticas, artísticas e culturais estrangeiras é esvasear de todo o seu conteúdo espiritual a carta de nacionalidade» (47).

As correntes estrangeiras que enfermam a nossa cultura são os vários sistemas, os vários «-ismos» do pensamento, como Escolasticismo, Materialismo Dialéctico, Positivismo (48) que, por que sistemas, coarctam a liberdade, a

«(...) liberdade de conceber, imaginar e agir, por uma cega adesão, seja a corpos doutrinários anacrónicos, isto é, gerados fora do nosso tempo; seja a concepções utópicas, isto é, que não tomam em consideração o factor específico que é o espaço segundo a rigidez sem cambiantes de uma mesma lei; seja ao retrato fotográfico de uma realidade imóvel, a uma natureza conhecida apenas através dos sentidos, sem que a penetre a visão superior do espírito; seja ao egoísmo narcisista da auto-contemplação de auto-piedade ou da auto-flagelação» (49).

E, entre nós, esses sistemas têm nomes próprios que, em consequência, são também objecto da mesma crítica por parte do «57»:

«O criticismo da ‘Presença’ participa na verdade, da mesma ingenuidade que caracteriza as correntes historicistas da Universidade, o positivismo católico dos escritores integralistas, o cooperativismo sem antropologia de António Sérgio, o lirismo emocional dos nossos imaturos poetas, o fotografismo inimaginativo dos nossos escritores realistas ou o materialismo apressado dos hegelianos que não leram Hegel e não amadureceram as suas teses»⁽⁵⁰⁾.

Que falta, então, a estas correntes, aparentemente prestigiosas, de sinal positivista, materialista, tomista ou criticista, que não lograram até agora *mover* ou *dinamizar* a realidade portuguesa? Fundamentalmente estudos antropológicos e cosmológicos⁽⁵¹⁾. Qualquer tese que não esteja garantida por estudos dessa índole, para assim se poder inserir nas coordenadas do espaço e do tempo duma cultura, está condenada ao fracasso.

Para o «57», aos sistemas acima enunciados, está subjacente a ideia de universalismo, de mesmidade. A ideia do mesmo sobrepõe-se à ideia do outro. A especificidade das culturas não é tida em conta, mas, pelo contrário, o heterogéneo é esvaziado a favor do homogéneo. Daí, deriva a massificação que leva ao mal-estar e ao sofrimento:

«Partindo dos princípios hoje aliás claramente refutados pela filosofia do concreto, de que o Espírito ou a Razão se realizariam universalmente contra as condições espaço-temporais, de que as pátrias mais não representariam do que fortuitos acontecimentos derivados de circunstâncias

histórico-sociais e de que o homem seria idêntico a si próprio em todos os tempos e em todas as latitudes, as correntes que temos vindo a diagnosticar, transformam-se em mecanismos de opressão, por determinarem legislações explícitas ou implícitas sancionadas pela política ou circulando através de formas e relações sociais, que, desprezando o homem concreto, a vida concreta, os particularismos individuais, familiares, regionais e nacionais, são constantes fontes de sofrimento e permanentes geradoras de ódio» (52).

Mas a cultura portuguesa quer libertar-se deste «imobilismo paralizante». E, para tal, tem possibilidades e meios. Tem possibilidades, pois Portugal, para o «57», guarda nos seus arcanos uma extraordinária potencialidade criadora. A viagem, o descobrimento, a invenção, são-nos confirmadas pela história dos acontecimentos. O que é preciso é seguir meios que, coadunados com a nossa identidade, deixem florescer as potencialidades da nossa Raça. Esses meios são o existencialismo e a filosofia portuguesa:

«Duas grandes correntes concorrem em Portugal para dissolver esses edifícios grandiosos [positivismo, materialismo, etc.] que outra função já não tinham senão a de nos perturbar a visão: o existencialismo por um lado; a filosofia portuguesa, por outro» (53).

Apresentar o existencialismo como via privilegiada, poderá parecer uma contradição na doutrina do «57»,

pois, combatendo tenazmente as correntes estrangeiras, acabam por propor uma, de raízes alemãs e francesas, como meio de saída do «imobilismo paralizante». Mas, para o «57», o interesse do existencialismo-não o que se comprometeu em dialécticas parlamentares de direita ou de esquerda — advém-lhe do facto de ter dado conteúdo filosófico à ideia de pátria. Foram os filósofos existencialistas que «mais sistematicamente interpretaram a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais autónomos e específicos»⁽⁵⁴⁾.

As criações dos existencialistas radicam em interrogações antropológicas, cosmológicas ou teológicas, colocadas não no abstracto, mas de acordo com as suas circunstâncias, enquadradas nas coordenadas do espaço e do tempo e inseridas nas filosofias nacionais das suas pátrias. E o que acontece em França, onde Sartre, Camus, Simone de Besuvoir, Gabriel Marcel, escrevem os seus romances e os seus dramas, como actos de conhecer e transformar a realidade; não qualquer realidade, mas a realidade da cultura francesa. O mesmo se pode dizer em relação à cultura alemã com Herman Hesse ou Ernst Jünger ou em relação à cultura inglesa com Priestley e Graham Greene.

Já a filosofia portuguesa é não só via privilegiada, mas a via por excelência por meio da qual a cultura portuguesa há-de afastar as correntes estrangeiras e reencontrar-se a si mesma. E o existencialismo contribui para a solidez desta ideia.

Sampaio Bruno é considerado o fundador da filosofia portuguesa⁽⁵³⁾, apesar da existência de alguns predecessores notáveis, com uma meditação sobre os

acontecimentos portugueses, a nível antropológico, cosmológico, e teológico — os três níveis que interpretam esses acontecimentos: «A influência de Bruno foi tão grande, que dele partem todas as correntes de ideias a que se prende a originalidade, não só da nossa filosofia, como da nossa arte e da nossa literatura» ⁽⁵⁶⁾. Essa influência é concretizada pelo movimento da «Renascença Portuguesa» e nalguns dos seus mais notáveis colaboradores como Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, que se dizem discípulos confessos de Bruno. Leonardo Coimbra também ele discípulo de Sampaio Bruno, foi figura de muita importância na difusão da filosofia portuguesa, quer em si mesmo, quer através da acção na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde germinaram as figuras mais representativas que deram continuidade à filosofia portuguesa, nomeadamente através do «57»: Álvaro Ribeiro e José Marinho.

Portanto, existencialismo e filosofia portuguesa eram os caminhos que deviam ser seguidos para *mover* ou *dinamizar* a realidade portuguesa, para trazer o progresso a Portugal. Toda e qualquer corrente que estivesse desfocada daqueles caminhos era objecto de rejeição por parte do «57»:

«(...) nós defendemos e queremos o progresso de Portugal em todos os caminhos desde a prosperidade material e da dignificação social até à invenção filosófica, artística e cultural. Mas divergimos de todos e combatemos todos quantos, quaisquer que sejam os seus credos políticos ou religiosos, pretendem chegar aos mesmos fins através de meios que, não se

adequando à especificidade do espírito, da alma e do corpo da pátria portuguesa, mais não poderão provocar senão a dor, o mal estar, a angústia, a divisão e principalmente, a estagnação (...)»⁽⁵⁷⁾.

Mas, se estes são os caminhos por onde se deve enveredar, algo de mais profundo, mais essencial, deve estar subjacente a esses caminhos: a filosofia da pátria, como veremos seguidamente.

2. A Pátria como sentido da acção

Se por um lado o que é proposto no «Manifesto de 57» está mais consentâneo com o conceito de Manifesto, por outro, o conteúdo do «Manifesto sobre a Pátria» é mais substancial, uma vez que subjaz às ideias e propostas do «Manifesto de 57».

É a ideia de pátria que ilumina, que dá sentido à acção e ao percurso que deve ser seguido para dinamizar a nossa cultura:

«(...) é na pátria e pela pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem sentido na lama do quotidiano. (...) uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas»⁽⁵⁸⁾.

E a ideia de pátria tem de ser fecundada por uma filosofia da pátria, pois «não há pátria sem filosofia da pátria»⁽⁵⁹⁾. Entre nós, foi Sampaio Bruno, segundo o «57», que deu conteúdo filosófico à ideia de pátria, sendo essa ideia continuada e desenvolvida por

Junqueiro, Pascoaes, Leonardo Coimbra e Fernando Pessoa. Mas a nenhum deles foi dado ouvidos. Bruno foi «ignorado»; Junqueiro foi condenado no «tribunal da crítica»; a Pascoaes «rasgaram» *Os poetas lusíadas e Arte de ser português*; à voz de Leonardo Coimbra «taparam os ouvidos»; à *Mensagem* de Pessoa relegaram-na para o último lugar, considerando o autor como «um malabarista de palavras, um humorista».

Perante esta situação, chegou a altura do «57» fazer reviver as vozes dos filósofos da pátria, para dinamizar a nossa cultura segundo a teleologia da pátria, traduzida por aqueles autores. A pátria portuguesa não está embebida de nenhum materialismo dialéctico que a leve a encaminhar-se para determinado fim. Ela está é repassada de uma teleologia que só passará a acto se os representantes da nossa pátria agirem segundo uma filosofia, cujos princípios devem tomar-se das três grandes epopeias portuguesas, que procuraram diagnosticar e impulsionar o movimento teleológico da pátria: *Os Lusíadas*, de Camões, *A Pátria*, de Guerra Junqueiro e a *Mensagem*, de Fernando Pessoa ⁽⁶⁰⁾. Portanto, o movimento «57», em 1957, surge como o sinal do revivescimento e da actualização na dinâmica do movimento da teleologia da pátria.

Assim, toda a acção, adquirindo sentido pela ideia de pátria, deve enquadrar-se numa teleologia cujo desfecho será a redenção:

«A história é a dialéctica da redenção da humanidade pela acção do homem» ⁽⁶¹⁾.

«No nível mais alto que é o nível epopeico, os nossos épicos antigos ou contemporâneos

aprendem enfim que, se esses sofrimentos [os sofrimentos da condição humana] se podem transcender, é pela acção, pelo movimento, pela viagem em direcção a um fim no qual o homem se possa redimir» (62).

Tudo aquilo que é «substancial na obra literária» deve ser posto ao «serviço da realização de um plano superior de redenção da humanidade» (63).

«É no amor que se realiza aquela união anímica e espiritual que, ultrapassando a limitação individualista, simboliza a reintegração dos seres e abre caminho à redenção da humanidade» (64).

«Progredir não é possuir mais máquinas e redimir não é conceber orgânicas sociológicas, tomadas como fim. Progredir é elevar: tornar mais leve, desmaterializar, espiritualizar. Redimir é caminhar: descobrir novos mares para logo procurar outros mais além, porque a redenção é iluminação» (65).

A pátria é a realidade e «quem vira costas à realidade em nome de ideais abstractos, cai em utopias ingénuas (...)» (66). Os elementos do «57» ainda admitem a possibilidade que um dia a pátria do homem venha a ser o universo (67), mas esse dia está tão longe, que é utópica a doutrina que defenda a desvinculação da ideia de pátria, e, quem pretenda desligar-se duma pátria, enquadrada no condicionalismo do espaço e do tempo, mais não faz do que ligar-se a uma outra, onde será

sempre um intruso e sentirá limites para uma realização plena ⁽⁶⁸⁾. É, portanto, pela via das pátrias, e não pela do universalismo, que o «57» entende que se pode servir o homem:

«Assumir com todas as suas conseqüências e responsabilidades (...) a ideia de pátria, é o único caminho possível para servir efectivamente o homem. A pátria í é a empresa concreta em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si. O mundo ou o universo ou o agregado supra-nacional é a ideia abstracta e vã, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens (...)» ⁽⁶⁹⁾.

A que conduz o universalismo? À paralização das pátrias e, mesmo, à guerra. À paralização das pátrias, porque quando há um «desajustamento profundo entre a pátria e os seus mais influentes filhos», isto é, «quando ao corpo e à alma da pátria se aplica o pensamento de outra pátria», as pátrias não avançam, não progridem, como bem anotou Guerra Junqueiro ⁽⁷⁰⁾. Por outro lado, o universalismo é visto pelo «57» como o factor determinante da guerra. Isso já aconteceu com Napoleão, Carlos V, Hitler, e hoje, a guerra que se teme seria, ainda, «(...) provocada pela ficção universalista, entre potências aspirando a proclamar a Democracia Universal ou o Comunismo Universal» ⁽⁷¹⁾. E mesmo as grandes organizações internacionais como a O.N.U. e a U.N.E.S.C.O., exercem um apostulado universalista que «encobre o imperialismo intelectual, cultural e mesmo político das grandes potências vencedoras da guerra» ⁽⁷²⁾:

«Analisando-se com efeito, a causa das guerras mais mortíferas que o mundo travou ao longo da história, encontramos exactamente esse desejo metafísico de realidade da Unidade a qualquer preço, pela hegemonia de uma doutrina, de uma religião ou de um estado. Transpondo tal ideia para o areópago internacional, a exterior aspiração para a paz que esse organismo [O.N.U.] dizia representar está a desvelar-se: na realidade, de novo se luta pela imposição de uma doutrina, uma religião ou um estado, pois tal seria a condição das Nações Unidas e, num segundo estado, da Unidade supernacional (...)» (73).

Assim, para o «57», a paz só se construirá pela aplicação e preservação da filosofia da pátria, pelo nacionalismo. O desejo e a imposição do universalismo, levará àquilo que as sociedades mais combatem, as guerras:

«Irrefutável parece pois que, enquanto um *nacionalismo cultural*, filosófico espiritual, representa a *paz e a liberdade* de procurar o caminho que a um grupo humano é mais próprio, fecundo e rico de possibilidades — um *universalismo* idealista, materialista, voluntarista, ignorando o abismo entre o conceptual e o real, apenas poderá semear a *guerra* entre as nações e até entre os indivíduos, afastados de uma vocação que não pode ser geral e social, porque é particular e, de certo modo, única» (74).

Em conclusão, para o «57», o nacionalismo cultural equivale à paz e à liberdade, enquanto que a defesa do universalismo equivale a enveredar pela guerra e pela discórdia entre os povos.

3. *O problema das filosofias nacionais*

Embora o tema abordado pelo «57» diga respeito, mais especificamente, à filosofia portuguesa, este assunto, num aspecto mais vasto, insere-se no tema das filosofias nacionais.

A defesa das filosofias nacionais é uma conclusão lógica da defesa da ideia de pátria. E a rejeição da ideia de universalismo, a favor da ideia de nacionalismo, é outro dos aspectos que concorrem para aclarar a posição do «57» a favor das filosofias nacionais ou, num sentido mais lato, a favor da diferenciação das culturas:

«A Roma Vaticana que herdou a Roma imperial (...); também a Espanha de Carlos V e dos Filipes; a França de Napoleão; a Alemanha de Bismarck e de Hitler; a Rússia de Pedro o Grande e de Staline; ou os povos árabes num expansionismo que vem dos tempos da ocupação da Península — todos eles incorreram no mesmo erro trágico: querer sujeitar o mundo inteiro a uma única liturgia, um único povo, um único homem, uma única política, uma única ideia, uma única filosofia. Julgaram e julgam — pois todas essas correntes são ainda dominantes — que pela astúcia ou pela intriga, pela educação ou pela diplomacia, pela guerra ou pela cultura,

conseguiriam eliminar as diferenças, as singularidades, as heterodoxias, as tradições, as pátrias como visões colectivas e específicas do Espírito. Neste caminho de utopia — que ignoram afinal o carácter essencial da verdade antropológica — se vem perdendo a humanidade»⁽⁷⁵⁾.

A alternativa, para o «57», está no respeito pelas diferenças; na colaboração, sim, mas dentro da diferenciação. Ou seja, deve seguir-se a vida da harmonia e não a da redução a um só acorde. A ideia de universalismo, no sentido geral, ou aplicada a qualquer faceta duma cultura aparece, ao «57», como o catalizador daqueles que acreditam na existência, ou sua possibilidade, de um homem universal, de uma filosofia universal, de uma literatura universal, de uma arte universal ou de uma política universal.

Mas, para o «57», a ideia de universalismo tem a sua razão de ser. O problema está no nível a que ela se aplica:

«Se a nossa mente tende a aceitar o sincretismo monoteísta e a existência de uma Verdade última, nada mais perigoso, temerário e negativo do que transportar concepções que necessariamente estão fora do tempo, fora do espaço, para o espaço, fora dos homens para os homens»⁽⁷⁶⁾.

«A Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais»⁽⁷⁷⁾.

E a enformar essa ideia de universalismo existe a burocracia, criada por uma ideia sem cor e sem alma:

«A burocracia *medeia e executa* uma legislação abstracta, universal e intemporal» e sobrevaloriza «o conceito sobre os homens na sua concreta especificidade, na sua distinta problemática e na sua individualidade e na sua individuada ou nacional estrutura anímica» (78).

Portanto, rejeitando o universalismo e defendendo a ideia de pátria, enquadrada em coordenadas espaço-temporais, as filosofias nacionais aparecem como uma necessidade: «Não é possível servir o Espírito ou a Razão, sem partir das formas antro-po-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias» (79). Ou seja, para o «57», o Espírito ou a Razão não se realizam universalmente contra as condições espaço-temporais: «O acto do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria» (80)

Mas, se para o «57» a existência das filosofias nacionais parece um dado adquirido, que serve de suporte à existência e fundamentação da filosofia portuguesa (81), já para outros autores essa ideia parece ser a negação da própria filosofia. Neste caso está Manuel Antunes que, no mesmo ano do lançamento do movimento «57» e do seu órgão, publica um artigo em que se insurge contra a existência das filosofias nacionais e que se pode considerar o expoente daqueles que assumem posição semelhante.

Manuel Antunes, tomando os aspectos da *raça*, *geografia* e *língua* — os mais comumente aduzidos em favor das filosofias nacionais — analisa-os à luz da história e conclui pela não consistência desses factores para justificar a existência de filosofias nacionais. Por estas palavras podemos sintetizar a posição do autor e a daqueles que se lhe associam:

«(...) não parece legítimo poder afirmar-se a existência de filosofias nacionais no sentido rigoroso destes vocábulos. Ciência (*sui generis*, sem dúvida) do universal, do universal enquanto universal, o qualificativo de grega, alemã, francesa, inglesa, americana, etc., aposto, como determinação essencial ao substantivo 'filosofia', nega a própria filosofia: se é nacional não é filosofia e se é filosofia não é nacional»⁽⁸²⁾.

Se, como referimos no início deste Capítulo, a doutrina do «57» se pode pautar pela dinâmica conhecer — servir, a filosofia portuguesa insere-se no limiar dos dois pólos desta dinâmica. A via por excelência do «servir», da dinamização cultural é o ensino. É o tema que abordaremos seguidamente.

4. O Ensino

Ao longo do jornal 57, encontram-se vários artigos cuja temática diz respeito ao ensino. A inclusão de mais de trinta artigos diz bem da importância que o «57» lhe atribuía.

O ensino é visto como o principal sustentador e veiculador da cultura, sendo também por ele que se faz a sua mudança ou transformação. Empenhados como estavam os elementos do «57» em *dinamizar* ou *mover* a cultura portuguesa o ensino aparece-lhes como a via por excelência para atingirem os seus objectivos. Mas não é via só para o «57»; é via para todos. A diferença está na perspectiva que se tem e nos objectivos que se pretendem alcançar.

O que deve estar subjacente à dinamização da nossa cultura é, como vimos, a ideia de pátria. Em «12 Teoremas do '57'», utilizando a dialéctica hegeliana, é-nos dado a conhecer que essa dinamização, segundo a ideia de pátria, só poderá ser feita pela reforma radical de todo o ensino, rejeitando as outras teorias (expressas em Tese e Antítese), que representam a dualidade dominante que dividia os portugueses cultos daquele tempo:

	TESE	ANTÍTESE	SÍNTESE DO "57"
PÁTRIA (83)	Noção de colectividade: base eleitoral dos chamados internacionalistas, democráticos e parlamentaristas. <i>Corolário:</i> Abandono da pátria ao livre arbítrio que agita, mas não actua.	Conceito de nação : base jurídica das estruturas políticas centralistas. <i>Corolário:</i> Burocratismo das instituições, da cultura e do ensino.	Ideia de pátria: princípio espiritual da autonomia portuguesa. <i>Corolário:</i> Criação das instituições necessárias ao desenvolvimento social da actividade de espírito e da cultura. Reforma radical de todo o ensino.

E, dentro do ensino, a Universidade é a instituição privilegiada onde deve ser difundida a filosofia portuguesa que, por sua vez, irradiará para toda a nossa cultura:

	TESE	ANTÍTESE	SÍNTESE DO «57»
UNIVERSIDADE (84)	A universidade tem por fim a formação das altas classes dirigentes. <i>Corolário:</i> Organização humanística, segundo a Escolástica ou uma dogmática nela apoiada.	A Universidade tem por fim a preparação vasta e sólida de técnicos para todas as actividades sociais. <i>Corolário:</i> Organização pedagógica segundo a classificação das ciências de Augusto Comte.	A Universidade tem por fim a criação e a difusão de valores: verdade, beleza e bondade. <i>Corolário:</i> Organização cultural radical na filosofia portuguesa.

Como dizíamos acima, o ensino pode ser perspectivado doutras formas e, por meio dele, difundirem-se ideias variadas. É o que acontece, por exemplo, com a perspectivação historicista, a que o «57» se opõe, propondo soluções:

«ENUNCIADO: como evitar que a expressão espiritual, livre, activa e criadora, seja constantemente degradada em história?

DIFICULDADES: a redução do ensino a formas historicistas é um dos meios utilizados pelos professores para escamotear e sofismar os problemas actuais e a expansão do pensamento dentro dos quadros do aqui-agora. Além disso é

mais fácil reproduzir teorias sobre um passado inócuo e inofensivo, do que meditar sobre as circunstâncias ardentes do nosso espaço e do nosso tempo. Este método de anulação reflecte-se na vida e os homens de hoje sabem melhor julgar o passado morto, do que actuar sobre o presente vivo. Historicismo não é evidentemente sinónimo de tradição. Esta é um movimento de actualização no tempo, enquanto aquele representa um intento escondido de desactualização.

SOLUÇÃO: eliminar por completo do nosso ensino as inúteis disciplinas de história. Ensinar, por exemplo, não a decorar nomes e teorias sintetizadas, mas simplesmente a filosofar» (85).

Portanto, uma das doenças de que enferma a nossa cultura, e mais especificamente o nosso ensino, é a implantação do historicismo com todas as consequências nefastas que daí advém. A irradiação desse mal passa fundamentalmente pela intervenção no ensino.

Outro dos grandes males que tolhe a dinamização da nossa cultura reside, como vimos anteriormente, na «desnacionalização da vida cultural». Segundo o «57» a nossa cultura, e muito especialmente o nosso ensino, é um veículo de transmissão de ideias estrangeiras (86). E a verdadeira dinamização da nossa cultura deve ser feita em torno, e através, dos valores genuinamente portugueses. E, neste aspecto, é também o ensino que deve servir como meio de investigação e difusão desses valores, retirando, primeiramente, de todos os

programas de ensino os dados que enformam a ideia de universalismo:

«ENUNCIADO: como impedir a presente desnacionalização da vida cultural portuguesa?

DIFICULDADES: a adopção generalizada e sem meditação prévia de um conceito abstracto da universalidade do espírito, tem como resultado, não a universalidade da cultura (...) mas o domínio dumas culturas sobre as outras. Assim, os que entre nós contribuem para a desnacionalização, em vez de defenderem um universalismo, são na realidade os agentes de algumas culturas circunscritamente europeias dominantes como a francesa e a germânica (...): promovem conseqüentemente a aniquilação à nascença dos nossos valores próprios (...). Uma coisa é procurar os autores estrangeiros que podem auxiliar o nosso próprio desenvolvimento, outra coisa, é adoptar a atitude provinciana da desnacionalização, segundo a qual só os outros têm criações originais e que fecha os olhos a toda a originalidade real ou virtual das nossas formas culturais e existenciais.

SOLUÇÃO: reforma total dos programas de ensino das escolas, liceus e universidades, de modo a que sejam estudados os valores portugueses em todos os campos espirituais, sejam eles antigos ou modernos»⁽⁸⁷⁾.

A confirmar a grande atenção dada ao ensino por parte do «57», para além dos já referidos artigos no 57 — especialmente o número cinco, que, quase todo ele,

directa ou indirectamente, dedica as suas extensas vinte e quatro páginas a este tema —, foram as conferências realizadas e as publicações em livro dedicadas ao assunto.

No âmbito das conferências, para além de outras, Álvaro Ribeiro efectuou uma no Centro Nacional de Cultura, intitulada «A educadora do homem»; José A. Ferreira, no Liceu Normal de Pedro Nunes sobre «Contribuição do estudo das línguas clássicas para uma cultura geral de fundamentação humanística»; António Quadros, no Instituto Superior Técnico, sobre o tema «Da Universidade para a vida»⁽⁸⁸⁾.

Também em Junho e Julho de 1961, o «57» organizou em colóquio sob o título «O que é o ideal português?», em que foram oradores vários elementos do Movimento de Cultura Portuguesa, sendo dedicados dois dias ao tema «O Ideal português no Ensino», cuja autoridade do estudo foi, não de um elemento particular, mas do próprio «57»⁽⁸⁹⁾.

No âmbito das publicações, extra-jornal 57, elas tocam o problema do ensino em geral e, mais especificamente o da Universidade, sendo claramente defendida, quer num campo quer noutro, a urgente necessidade de uma reforma⁽⁹⁰⁾. Álvaro Ribeiro, já em 1943, em o *Problema da Filosofia Portuguesa*, defendia também a necessidade duma reforma da Universidade, condição indispensável para haver filosofia portuguesa.

Portanto, e em conclusão, ao ensino deve ser dada a maior e melhor atenção. Coisa que não acontecia na altura e que, hoje, continua a não acontecer. Problema que é bem sintetizado por um dos colaboradores do 57:

«Não é difícil concluir que as almejadas soluções para alguns problemas que mais afectam a vida em sociedade, se confinam ou reduzem, quase sempre, a um êxito único: o da problemática educacional, não apenas na família, como mormente na escola. Uma consciente e criteriosa revisão do ensino, por si só, vale bem mais, pela amplitude futura das suas vantagens, do que sucessivas remodelações de carácter económico ou jurídico, tantas vezes fracassado, em consequência da inadaptação educacional dos seus destinatários e beneficiários» ⁽⁹¹⁾.

E, na base do ensino, deve estar sempre o pensamento português, e o Estado, como «invólucro institucional e político da Pátria portuguesa», deve ter esse aspecto como primeiro dever. Por isso «homens que ‘não querem’ o pensamento português provam não estar à altura de assumir, no seu ponto mais crucial, os fins superiores do Estado: a preparação dos portugueses para o progresso, o desenvolvimento ou a redenção da sua pátria» ⁽⁹²⁾. E «enquanto as nossas escolas, os nossos liceus e as nossas universidades não forem fontes de pensamento português e de filosofia portuguesa, os portugueses viverão permanentemente em crise e em cisão» ⁽⁹³⁾. Do que se conclui que o objectivo do «57», a nível do ensino, era a investigação, implantação e difusão do genuíno pensamento português.

5. A obra e as ideias dos principais colaboradores

Para finalizar o Capítulo relativo ao ideário do «57», exposto no jornal 57, abordaremos a obra e as ideias dos seus principais colaboradores: Álvaro Ribeiro, José Marinho, António Quadros, Orlando Vitorino e Afonso Botelho. No respeitante à obra não faremos uma análise exaustiva das publicações em geral dos autores, mas, tanto quanto possível, restringiremos essa análise à sua participação no 57.

Existe uma certa homogeneidade no pensamento dos vários elementos do «57»; por isso se fala que eles constituem um movimento. No entanto, dentro da homogeneidade, existem peculiaridades que individualizam cada um dos autores. São essas peculiaridades, ou ideias próprias, que nos ocuparão neste ponto.

5.1 *Álvaro Ribeiro e José Marinho*

Estes dois elementos, ambos formados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e discípulos de Leonardo Coimbra, constituem a velha geração do «57» que, quer pela sua ligação directa a Leonardo Coimbra, quer pela sua maior idade, servem como que de mestres dos outros elementos, que constituíam a geração mais nova. Daí, a razão do seu agrupamento. A par disso, há objectivos comuns entre ambos os discípulos de Leonardo Coimbra, e que irão estar presentes nos outros elementos do «57». Dentre esses objectivos o objecto do seu estudo, encontramos «o afastamento do positivismo, o apreço pela especulação e pela metafísica, uma certa busca da raiz nacional do nosso pensamento,

uma profunda admiração pelo antigo mestre [Leonardo Coimbra]»⁽⁹⁴⁾.

ÁLVARO RIBEIRO (1905-1981). É tido como o grande mentor do «57» e, mais latamente do movimento da «Filosofia Portuguesa», sendo a sua obra *O Problema da Filosofia Portuguesa* (1943), a inspiradora deste movimento⁽⁹⁵⁾. Eduardo Lourenço chega mesmo a pautar a actuação do movimento da «Filosofia Portuguesa» pelos limites de uma seita, em que Álvaro Ribeiro é tido como o apologeta, à guisa de «guru»⁽⁹⁶⁾.

A discussão de algumas das teses de Álvaro Ribeiro foram motivo de extensa reflexão no 57, e centraram mesmo sobre si grandes atenções do panorama cultural português durante o período de 1955-1965⁽⁹⁷⁾.

As suas obras têm como eixo fundamental o problema da filosofia portuguesa, em que o tema do ensino é central, abordando especificamente o Ensino Primário, o Ensino Secundário e o Ensino Superior.

O seu pensamento gira em torno de três coordenadas: antropologia, cosmologia, teologia — perspectiva em que estão de acordo vários estudiosos da nossa cultura filosófica:

Os Positivistas (1951) e *Apologia e Filosofia* (1953) constituem as duas faces de uma introdução ao corpo do sistema da filosofia portuguesa: «a primeira obra atacando uma das principais ‘bêtes-noirs’ do Autor — o positivismo — e valorizando os pensadores portugueses que o combateram; a outra sugerindo as linhas gerais da filosofia que ele se propunha desenvolver, nas suas partes constituintes - teologia, antropologia,

cosmologia — e as relações dela com a ciência, a metafísica e a religião» (98).

O seu pensamento vai no «sentido de alcançar uma visão total do ser através de um conhecimento gnóstico, sófico e pístico à luz da Antropologia, da Cosmologia e da Teologia» (99).

«Vendo o homem como razão animada, a antropologia de Álvaro Ribeiro que se completa como uma cosmologia e se garante por uma teologia criacionista do Espírito, de pensar judaizante, dá o devido relevo aos aspectos somáticos, psíquicos, e espirituais do composto humano e dedica especial atenção à formação do homem» (100).

João Ferreira caracteriza o seu pensamento como uma Filosofia da Redenção (101), aspecto bem característico, como vimos atrás, no ideário do «57».

A sua colaboração directa no 57, não foi vasta. Mas apesar de não ir além de uma Entrevista (incluída na Secção «Inquérito aos Pensadores Portugueses») e de dois artigos «A Filosofia e o Direito» e «Cunha Seixas e a filosofia portuguesa» é, no entanto, significativa.

A sua participação activa no 57, expande-se por temas como a Justiça, a relação entre universal e o nacional, a Educação, a relação de Hegel com a nossa cultura e o papel de Cunha Seixas na filosofia portuguesa. Temas que sendo abordados especificamente por este autor, são também pontos importantes de reflexão nas teses do «57».

Em relação ao conceito de Justiça, Álvaro Ribeiro acha que esta «não está ligada a um pragmatismo, mas directamente à verdade, porque ela é o conjunto das leis divinas. Deus verte sobre os homens a verdade que por isso se diz universal» ⁽¹⁰²⁾. Do que pode concluir-se, a actividade ética, segundo Álvaro Ribeiro, não deve pautar-se por um relativismo. Mas, se a verdade tem um carácter universal, por emanada de Deus, já o pensamento, apesar de poder ser marcado pela universalidade, ao nível da recepção ele é fundamentalmente situado pelas coordenadas do espaço e do tempo, a par de outras condicionantes. A não compreensão e aceitação destes condicionalismos conduz à criação do desejo dum igualitarismo utópico:

«A simples experiência quotidiana ensina que o universal é recebido pelo espaço e pelo tempo. Além dessas limitações naturais, históricas e geográficas, existem hoje limitações técnicas, artificiais, como o falso ideal de um absurdo humanitarismo abstracto, que alguns querem impôr pela força, para substituir o ideal da fraternidade universal. Até os irmãos são diferentes» ⁽¹⁰³⁾.

Já noutro domínio Álvaro Ribeiro, partindo do pensamento de Hegel e relacionando-o com a nossa cultura, dá-nos uma interessante visão da essência e dinamismo da cultura portuguesa:

«Sou um estudioso de Hegel, o que não quer dizer que seja um hegelista ou hegeliano como por aí repetem. Não está na índole do

pensamento português — da nossa lógica, aceitar as antinomias de Kant ou a dialéctica de Fichte, da qual derivou o marxismo. O pensamento sintético de Hegel é já de ordem superior. Simplesmente, em vez da oposição entre o ser e o não ser, nós, Portugueses, aceitamos a oposição, ou a relação da potência com o acto. A categoria da potência é a categoria do possível. De aí, o futurismo, o profetismo e o messianismo da nossa Idade Moderna. Desde o reinado de D. João V até ao reinado de D. Luís I, verifica-se o iluminismo da filosofia portuguesa. Em 1870, começa o positivismo, que é o seu contrário»⁽¹⁰⁴⁾.

Mas, como se pode ver, Álvaro Ribeiro não é um hegeliano. No seu artigo «A Filosofia e o Direito», Álvaro Ribeiro faz uma reflexão sobre a filosofia que está implícita nas instituições e, estendendo essa reflexão à nossa «Constituição de 1933», conclui que apesar de os seus autores omitirem ou minimizarem a influência de Hegel nos seus artigos, ela existe de facto. Mesmo que se diga que ela bebe no pensamento de Gama e Castro, Silvestre Pinheiro Ferreira ou A. de S. S. Costa Lobo, em última análise é em Hegel que ela enraíza, pois aqueles autores mais não fizeram do que servir-se daquilo que tinha feito Hegel cinquenta anos antes⁽¹⁰⁵⁾.

No entanto, apesar de reconhecer a influência de Hegel na nossa cultura, Álvaro Ribeiro critica a sua filosofia pelo motivo de adoptar o método das ciências da natureza em vez de seguir os métodos das ciências do espírito. Mas não deixa de considerar o nosso autor, o contributo positivo dos estudos de Hegel sobre

Filosofia do Direito que, tendo em consideração «o movimento, o desenvolvimento e a vida dos conceitos, ofereceu aos juristas um método de estudo que (...) ainda hoje perdura valente, ativo e admirável»⁽¹⁰⁶⁾.

No campo da educação, Álvaro Ribeiro foca alguns temas já abordados nas suas obras, ou que vieram a sê-lo posteriormente, cujo fulcro se centra na transformação da nossa educação. As suas ideias são condizentes com as do «57», para o qual, como vimos, o tema da educação era especialmente querido.

Álvaro Ribeiro, para além do que já foi dito anteriormente, acerca do Ensino para o «57», acrescenta que existem outros processos importantes de educação nacional para além da escolaridade, como a imprensa, a rádio a televisão e os desportos⁽¹⁰⁷⁾.

No campo da escolaridade, apresenta propostas concretas para a sua reforma, a nível liceal e a nível universitário⁽¹⁰⁸⁾. A conclusão e desejo de Álvaro Ribeiro, a este nível, era que todas as instituições, que fossem veículo de educação, deveriam estar subordinadas aos princípios da filosofia portuguesa.

Finalmente, Álvaro Ribeiro, no seu artigo «Cunha Seixas e a filosofia portuguesa», continua a «descoberta» de Cunha Seixas⁽¹⁰⁹⁾, cujo pensamento e obra, segundo ele, tinham sido votados ao desprezo pelos positivistas. O pensamento de Cunha Seixas é produzido no século XIX, em que a história da filosofia em Portugal é constituída por uma série de tentativas culturais, onde é patente a «eliminação da ideia de Deus, que equivale ao desencontro com a verdade ou, na mesma, à desistência de filosofar»⁽¹¹⁰⁾. A par desta tendência dominante, outros pensadores, como Cunha Seixas, apesar de colocados na penumbra por aquela tendência,

exerceram o seu filosofar em relação directa com a teologia:

«Fiéis à teologia católica permaneceram alguns pensadores portugueses que não deixaram obra filosófica digna de brilhar nas condições culturais do século passado; mais interessante é a série dos livres-pensadores que tentaram definir, em termos heterodoxos, as novas relações da filosofia com a teologia; dentre estes é justo destacar, pelo seu excepcional valor, José M. da Cunha Seixas» ⁽¹¹⁾.

É a partir da relação da filosofia com a teologia que Álvaro Ribeiro, por um lado, faz a análise do pensamento de Cunha Seixas, cujas premissas assentam no *pantiteísmo*, e, por outro, lhe atribui um lugar de relevo na história da filosofia portuguesa:

«No *pantiteísmo* de Cunha Seixas, no *messianismo* de Sampaio Bruno, no *criacionismo* de Leonardo Coimbra encontram-se os elementos que permitem habilitar a filosofia portuguesa a exercer a missão que porventura lhe esteja destinada» ⁽¹²⁾.

Portanto, como já tínhamos visto anteriormente, a teologia é permissa fundamental, tanto em Álvaro Ribeiro como no pensamento do «57», ao mesmo tempo que torna o pensamento de Cunha Seixas como digno de figurar na história da filosofia portuguesa.

JOSÉ MARINHO (1904-1975). José Marinho, licenciado em Filologia Romântica — enquanto Álvaro Ribeiro era licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas —, quer pela fecundidade da sua obra, quer pela unidade do seu pensamento é, com certeza, um dos elementos do Movimento de Cultura Portuguesa cujo pensamento permanecerá por muito tempo.

A sua colaboração no 57 resumiu-se ao artigo «Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia», cuja temática corresponde a uma das linhas dominantes do seu pensamento, a da originalidade da filosofia portuguesa: «Numa tradição mais moderada do que a de Álvaro Ribeiro, e não inteiramente coincidente com ela, Marinho não deixa todavia de reivindicar a existência de uma original corrente de pensamento da nossa terra, em que se considera integrado»⁽¹¹³⁾.

Este tema está sempre presente nas obras de José Marinho: quer em *O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra* (1945), anterior à sua colaboração no 57, quer sobretudo em *Teoria do Ser e da Verdade* (1961), considerada por Álvaro Ribeiro a sua obra-prima e a «síntese de todas as teses enunciadas na filosofia contemporânea»⁽¹¹⁴⁾, em *Elementos para uma Antropologia Situada* (1966) e *Filosofia, Ensino ou Iniciação?* (1972), quer nas suas obras póstumas, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo* (1976) e *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo* (1981).

O seu artigo «Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia» é o equacionamento e justificação do problema da filosofia portuguesa que, como já tínhamos considerado anteriormente, o autor entende ser mais restrita forma das filosofias nacionais⁽¹¹⁵⁾. E, se se fala em filosofias nacionais, tem-se em mente, por

contraposição, a universalidade da filosofia, cuja relação José Marinho equaciona interrogativamente:

«Como é possível conciliar o sentido universal da filosofia com o conceito de uma filosofia radicada? O problema equivale a este: se a ave tem asas, como se compreende que tenha pernas?»⁽¹¹⁶⁾.

Depois desta formulação geral, José Marinho detém-se na relação entre a filosofia portuguesa e a filosofia como conceito universal, chamando a atenção para o equívoco, e suas consequências, em que se cai ao supor-se que o universal, uma vez concebido, subsiste por si mesmo:

«Em termos de escola, dissemos, o conceito de filosofia portuguesa depende do conceito de filosofia nacional. É certo que a filosofia, como o seu conceito, e qualquer conceito de filosofia, significa imediatamente um *universal apreendido*. Os próprios filósofos estão, entretanto, neste ponto sujeitos a erro na medida em que supõem que o universal, uma vez concebido, queda para sempre no próprio conceito. Se assim fosse a filosofia seria muito fácil, mas confundir-se-ia com erudição de compêndio ou enciclopédia.

Convém considerar a analogia entre o conceber da mente e o conceber vital. Da mesma forma que a mulher, ao dar à luz um filho, não lhe garante sem mais a vida, assim também a mente ao dar à luz o que chamamos ideia»⁽¹¹⁷⁾.

E, segundo José Marinho, as filosofias nacionais não vêm negar a universalidade da filosofia, mas garanti-la, concretamente situada nos diferentes homens, povos e civilizações, concorrendo simultaneamente para desviar a filosofia do grande perigo que é julgar ter alcançado uma definitiva teoria da verdade ou pretender garantir a certeza para sempre.

E, também, a doutrinação da parte de filosofias com cariz universalista não nos é inútil, se soubermos preservar a nossa autonomia: «Ter havido gregos de Atenas ou franceses de Paris que nos doutrinaram foi útil, foi fecundo, mas com a condição de assumirmos, enquanto recebemos sua lição, a autonomia do pensamento em nós» (118). E é neste contexto — o problema da autonomia do pensamento, o problema do pensar autêntico —, que se insere o problema da filosofia portuguesa.

José Marinho refere-se também aos adversários da filosofia portuguesa, nomeadamente Eduardo Lourenço e Joel Serrão, enunciando três tópicos essenciais a que aqueles desatendem:

«1.º Que o problema da filosofia portuguesa não é, em todo o sentido, problema estrita e restritamente português, mas um problema de âmbito mais geral e bem mais geral sentido;

2.º Que o haver laranjas de Setúbal, assim como nos permite e nos autoriza chamar-lhes laranjas portuguesas, do mesmo passo aos deliciosos frutos e seu conceito não retira a forma única e universal sabor ou sentido;

3.º Que afirmar a existência de uma filosofia portuguesa supõe estas duas coisas: uma

capacidade própria de filosofar e seu exercício, o encontro de várias formas de análoga propensão em homens e obras diversamente significativas de uma tradição multissecular, tradição inegável ainda mesmo quando haja de reconhecer-se descontínua, como eu escrevi já, ou difusa e dispersiva, como outros têm escrito» (119).

Em conclusão, a colaboração de José Marinho no 57, expressa uma das linhas mestras do Movimento de Cultura Portuguesa, a saber, a relação entre as filosofias nacionais e a universalidade da filosofia e, nesse âmbito, o problema da filosofia portuguesa.

5.2 *António Quadros*

Nascido em 1923 e licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, em Lisboa, António Quadros foi o elemento de maior empenhamento prático e responsabilidade directa no Movimento de Cultura e, mesmo, no âmbito da «Filosofia Portuguesa». Foi o director do 57, tal como já o tinha sido dos «fascículos de cultura» *Acto* e viria a ser da revista *Espiral* — periódicos que serviram de órgãos da «Filosofia Portuguesa».

A par de Álvaro Ribeiro, António Quadros, dentre os elementos do «57», tem a maior produção bibliográfica no âmbito da filosofia e cultura portuguesa.

Dentre a geração mais nova do «57», António Quadros é o elemento de maior acção, sendo dele a maior colaboração no 57. E as ideias expressas no 57,

por parte do movimento, nomeadamente o conteúdo dos *Manifestos*, parecem ter o cunho da sua pena.

A nível do 57, a sua colaboração pautou-se, de um modo geral, pelas análises ensaísticas no âmbito da nossa cultura e filosofia no século XX. De um modo mais específico, os temas fundamentais são o existencialismo, a estética e a arte, a filosofia da história e o ensino, sobretudo universitário.

Ao existencialismo é dedicada especial reflexão por parte de António Quadros ⁽¹²⁰⁾, quer no 57, quer a nível de outras publicações como em *Introdução a uma Estética Existencial* (1954), em «A cultura portuguesa perante o existencialismo» (1959), em *A Existência Literária* (1959) e *Crítica e Verdade* (1964).

Segundo Carlos Branco as perspectivas da nossa cultura no século XX, são-nos dadas por António Quadros num matiz existencial ⁽¹²¹⁾, e segundo outros autores, nos finais dos anos 50, esboçou-se uma tendência (57 e *Espiral*, através de J. Marinho, A. Ribeiro e A. Quadros) para assimilar certas teses existencialistas e associá-las à filosofia portuguesa ⁽¹²²⁾.

Portanto, António Quadros, não só trata especificamente o tema do existencialismo, mas toma como posição de análise nos seus estudos sobre a filosofia e cultura portuguesas, a perspectiva tomada do existencialismo:

«Não seguimos o existencialismo, no rumo que lhe dá o grupo da revista 'Les Temps Modernes', isto é, o grupo chefiado por um Sartre, uma Simone de Beauvoir, um Merleau Ponty; não perfilhamos também a orientação metafísica de Gabriel Marcel. E, antes, no alemão

Karl Jaspers que temos encontrado ensinamentos gratos à nossa direcção espiritual» (123).

E, como já tínhamos referido anteriormente, relativamente ao «57», o existencialismo contribui para realçar a especificidade das culturas, pois «Nas filosofias de sabor essencialista não encontraria lugar a especificidade das culturas ou dos complexos nacionais» (124), sendo a filosofia existencial que vem «dar valor à situação, à circunstância, ao aqui-agora, ao espaço-tempo, ao englobante, à cifra, à peculiaridade de uma problemática» (125).

É nos estudos no âmbito da estética e da arte, dentro do 57, que António Quadros mais explicita a perspectiva existencialista. Em «A dança e a sua evolução», depois de fazer uma análise à arte de dançar e à sua história, António Quadros conclui:

«A dança ritual insere-se assim no próprio coração da existência, fazendo-o pulsar mais depressa, dando-lhe vigor e esperança, intervindo directamente nos acontecimentos quotidianos, conferindo a cada homem, a cada bailarino, um poder mágico sobre o seu destino e sobre o destino da colectividade» (126).

E no artigo, complementar do anterior, «A Dança, primeira forma da para-existência artística», António Quadros reafirma a conclusão acima, em que realça a forma existencial da dança:

«A dança ritual, por qualquer ângulo que se encare, é pois uma forma radicalmente

existencial, não só da religião, como também da arte. Do ponto de vista religioso, traz a divindade ao máximo calor e proximidade das condições dramáticas da existência; do ponto de vista artístico, confia à arte a maior função que ela jamais virá a ter, a de motor da dinâmica existencial, a de acto capaz de transformar a opressão de uma existência angustiosa» (127).

No campo da estética (128), e publicados no 57, são ainda de realçar os estudos «A estética de António Duarte» e «A estética de Vieira da Silva» e, ainda, «Progressão dialéctica da pintura europeia».

É no âmbito da filosofia da história em Portugal que António Quadros mais escreveu no 57, sendo quase todos os seus escritos repassados, explícita ou implicitamente, por essa preocupação temática de que viriam a resultar duas das suas obras mais directamente relacionadas com este assunto, *A Teoria da História em Portugal*, dois volumes (1967-1968) e *Introdução à Filosofia da História* (1982). Na «Introdução» desta última, António Quadros dá conta das suas preocupações neste campo:

«É particularmente lacunar a visão que os Portugueses têm de si próprios, da sua cultura e da sua história, porque temos uma historiografia que raro remonta aos fundamentos e que é demasiadamente influenciada, por falta de reflexão filosófica original, aos sistemas ou às dialécticas filosóficas que, provindas do exterior, não são interiorizadas, repensadas, submetidas à crítica ou confrontadas com a vida própria do

nosso idear e da nossa cultura filosófica própria»
(129).

António Quadros, no artigo «A Filosofia da História em Portugal», explicita mais concretamente as suas ideias neste campo. Começa por criticar a falta, entre nós, de relação da filosofia com a história, materializada pela ausência desta disciplina no nosso ensino universitário, naquela altura (130).

Seguidamente mostra que a grande poesia épica portuguesa encerra e exprime uma filosofia da história, primeiro em *Os Lusíadas*, em que o herói não é um indivíduo isolado, mas todo um povo, depois em Bruno, Junqueiro, Pascoaes e Pessoa. Mas com uma diferença entre estas duas gerações: enquanto em Camões o povo português era ainda portador dos valores de Roma, agora, «Nos épicos e filósofos do século XX, o povo português conduz os seus próprios valores» (131). Sendo com *O Encoberto*, de Bruno, refere António Quadros, que se «inaugura em Portugal a honestidade da filosofia da história, que surge a seus olhos como apreensão de uma dialéctica entre o que vale para o movimento redentorial e o que o impede ou obstrui» (132).

Dentro do espírito da filosofia da história de Portugal, António Quadros alvitra a formação de uma Renascença Atlântica, como continuação da «Renascença Portuguesa», agora ampliada a uma ideia de Atlantidade, formando um enorme triângulo, cujos vértices assentariam na Europa, na África e na América. Esta ideia aparece-lhe como uma evolução natural da nossa história cultural:

«O século XX conheceu a criação de uma ‘Renascença Portuense’, primeiro. Depois, de uma ‘Renascença Portuguesa’, movimento cultural que ampliou o primeiro, da cidade para a pátria. Terá chegado o momento dialéctico da Renascença Atlântica?

Esta pergunta fazem a si mesmo os que pensam e escrevem o ‘57» (133).

Teríamos, portanto, um movimento cultural que englobaria grande parte das culturas de raiz lusitana, um movimento cultural luso-afro-brasileiro. É claro que esta ideia nasceu antes da descolonização africana. No entanto, apesar de feita a descolonização, parece-nos que a ideia não perdeu a sua validade. Apesar de os povos de África se terem tornado independentes politicamente, a interdependência cultural mantém-se. E a forma como António Quadros, em 1957, via brotar a Renascença Atlântica, pode ser a mesma de hoje, passadas que são quase três décadas:

«Em quinhentos e seiscentos, a palavra pertenceu aos navegadores. Em setecentos e oitocentos, os mártires calaram-se ou emigraram, como Pascoal Martins, o doutrinador oculto da Revolução Francesa e do Romantismo. Em novecentos, a meio século de caminho, a navegação já não é do oceano, mas do espírito, e a palavra é dos filósofos, dos escritores e dos artistas. Em ‘57’ a dizemos, a palavra atlântica. Renascença Atlântica? O futuro em nossas mãos» (134).

Finalmente, o ensino e a educação são um tema a que António Quadros dedica grande atenção, tal como acontece no âmbito do «57», pois a educação é, para António Quadros, «intermediária entre a cultura e o homem» ⁽¹³⁵⁾.

A atenção de António Quadros a este problema não se restringe ao 57. Colaboração em jornais, neste âmbito, livros e conferências, são disso sinal. A nível de obras, são de realçar os ensaios reunidos no volume *A Angústia do Nosso Tempo e a Crise da Universidade* (1956) e outros estudos incluídos em outras obras, nomeadamente *Problemática Concreta da Cultura Portuguesa* (1957), *O Espírito da Cultura Portuguesa* (1967). A nível do 57, a sua atenção está especialmente virada para a problemática da Universidade portuguesa, através dos artigos «Para além da crise da Universidade» e «Contribuição para a reforma estrutural da Universidade».

Primeiramente, António Quadros faz o diagnóstico da crise da Universidade, concluindo que a Universidade forma técnicos diplomados, mas não forma homens. Aqueles faltam-lhes, porque não lhes são dados, horizontes culturais que lhes alarguem o âmbito da inteligência para fora do campo restrito da sua especialidade ⁽¹³⁶⁾.

Mas este problema não nos atinge só a nós portugueses. Em vários países, refere António Quadros ⁽¹³⁷⁾, têm sido apresentadas soluções para ultrapassar este tecnicismo, como por Leonardo Coimbra, Ortega y Gasset, Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Benedetto Croce, Robert Maynard Hutchins, respectivamente em adequação aos casos português, espanhol, francês, alemão, italiano e norte-americano.

No nosso caso, António Quadros propõe que seja preenchida nos nossos técnicos, através dos programas de estudo, a lacuna que se lhes pode diagnosticar:

«Concretamente: é necessário, como condição prévia a qualquer futura reforma, que os programas de estudo das Faculdades e Institutos Superiores do país, incluam disciplinas de formação cultural e espiritual, que equilibrem a exclusiva especialização», «pondo os futuros técnicos em contacto com os problemas e os temas da filosofia, da poesia, da arte ou da ciência» (138).

E, passando para um âmbito mais geral, que engloba a própria estrutura da Universidade portuguesa, António Quadros propõe medidas práticas para a sua reforma que, genericamente, se podem resumir através das suas palavras:

«Três fases essenciais poderá ter a solução do problema da Universidade Portuguesa. A reforma da orientação espiritual, através da filosofia portuguesa; a reforma da metodologia do ensino, através da relação mestre-discípulo, da maior responsabilização dos professores e da maior iniciativa individual concedida aos alunos; e a reforma do sistema governativo da Universidade, pelo acesso dos alunos à direcção, tendência esta que as entidades superiores parecem já apontar» (139).

Tal como podemos constatar, também a temática abordada por António Quadros, em torno do

existencialismo, filosofia da história e ensino, está perfeitamente enquadrada no espírito do Movimento de Cultura Portuguesa, de que ele era, afinal, um dos principais dinamizadores.

5.3 *Orlando Vitorino*

Nascido em 1922 e licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, em Lisboa, Orlando Vitorino tem repartido a sua obra entre a reflexão filosófica e a criação teatral, ambas directamente relacionadas com a actual cultura portuguesa.

Carlos Branco realça a sua obra persistente de «tradução de Hegel e de oportuna reflexão sobre os conceitos hegelianos relacionados com a situação cultural do País»⁽¹⁴⁰⁾. Enquanto que A. Brás Teixeira dá relevo ao seu pendor para a reflexão no âmbito do Direito⁽¹⁴¹⁾. Para além destes dois campos, a obra de Orlando Vitorino abrange outros temas específicos, ou com aqueles relacionados, como o teatro, o ensino, a liberdade, a justiça, o mal.

Ao nível da sua participação no 57, para além de alguns outros artigos, o fundamental do seu pensamento estende-se aos seguintes quatro estudos: «O Indivíduo e a Pessoa», «A Justiça e a Amizade», «Hegel e a Liberdade» e «O Pão e a Dor».

Em «O Indivíduo e a Pessoa», Orlando Vitorino faz a relação entre o indivíduo e a pessoa, repassando várias linhas de pensamento, neste domínio, como de E. Mouniar, Rousseau, Darwin, Hegel, Nietzsche, acabando por estabelecer a sua própria conclusão, ao nível religioso, em que dá predominância à religião

católica, como sendo a que mais faz prevalecer a pessoa sobre o indivíduo:

«Entre todas as religiões, é a católica que mais favorece a substituição do indivíduo pela pessoa. Deve-se isso ao seu carácter humanista e antropomórfico, bem como ao personalismo que há na concepção e na manifestação de Deus»⁽¹⁴²⁾.

No anterior artigo, como nos outros, está sempre subjacente uma grande preocupação antropológica e ética. Em «A Justiça e a Amizade», estão presentes o tema do mal, o tema da justiça e o tema da amizade — aspectos relevantes na sua concepção de sociedade. Começando por rejeitar a necessidade do mal, Orlando Vitorino apresenta o seu ideal de sociedade assente na amizade. Esta, por sua vez, só existirá quando fundada na justiça:

«Há, sem dúvida, nessa analogia [analogia da fraternidade social e da irmandade fradesca] um poderoso apelo que só será eficaz se tal analogia oferecer aquilo que constitui o ponto de partida da amizade fraternal: sobre a igualdade natural de todos os homens, a igualdade de geração, de criação e de educação, ou seja, a justiça social. A amizade entre os homens não é, pois, realizável como pacificação, resignação e inibição no seio da desigualdade, mas só é, pelo contrário, possível quando fundada na igualdade ou na justiça»⁽¹⁴³⁾.

O tema da liberdade, em vários domínios, tomando como base de reflexão os *Princípios da Filosofia do Direito*, de Hegel, é o assunto tratado em «Hegel e a Liberdade»⁽¹⁴⁴⁾

Em «O Pão e a Dor», Orlando Vitorino faz uma reflexão sobre a tecnicização e suas consequências, numa perspectiva ética. Acredita que a ciência e a técnica ajudarão a levantar o homem decaído e refuta, simultaneamente, o «pessimismo antropológico que é inerente e necessário à teologia religiosa», traduzido pelas sentenças de Deus: «ganharás o pão com o suor do teu rosto» e «parirás com dor»⁽¹⁴⁵⁾. Concluindo mesmo, depois de reflectir sobre a possível nova escravização do homem, trazida pela máquina, que

«(...) o conhecimento científico, considerado nos resultados que são o seu fim e se reúnem na medicina e na técnica, ergue as possibilidades mais reais, mais positivas, mais concretas da libertação do homem»⁽¹⁴⁶⁾.

Em relação ao pensamento de Orlando Vitorino, não queremos deixar de referir a sua perspectiva sobre o ensino⁽¹⁴⁷⁾.

Segundo Orlando Vitorino, o maior de todos os problemas do nosso país é de carácter ético que, por sua vez, está imediatamente ligado com a situação do ensino. Por isso, a organização do ensino deve ser o primeiro problema a considerar pela política. Do que, se conclui, que tal como na doutrina do «57», também Orlando Vitorino entende que a via por excelência para reformar as mentalidades é a via do ensino.

Para Orlando Vitorino, toda a organização do ensino é determinada pela organização do Ensino Superior, uma vez que são os alunos aqui formados que irão ser professores do Ensino Secundário e, futuramente, do Ensino Primário e Pré-Primário. Perante esta situação, Orlando Vitorino entende que é preciso extinguir a actual Universidade, tal como recomendou Delfim Santos e como começou a pôr em prática Leonardo Coimbra.

Extinta a Universidade, havia que construir uma Universidade nova, que deveria ser orientada pelas linhas seguintes:

«No aspecto programático, substancial, da sabedoria que se deve transmitir, as linhas dessa Universidade nova estão todas elaboradas pelos homens que já citei: Leonardo Coimbra e Delfim Santos.

Minuciosamente programadas, estão assentes numa teoria da educação que, a meu ver, é a mais notável teoria da educação que, na modernidade, foi elaborada e escrita: a que está exposta nos livros de Álvaro Ribeiro»⁽¹⁴⁸⁾.

Em conclusão, na sua colaboração no 57, e na sua obra, estão presentes preocupações de carácter antropológico, de cariz ético, a que Orlando Vitorino associa a situação cultural do País. É constante a sua labuta de ajudar a orientar a nossa cultura pelos caminhos dos genuínos valores portugueses — tal como no «57» —, como está mais claramente patente no domínio do ensino.

5.4 Afonso Botelho

Nascido em 1919, Afonso Botelho tem uma colaboração bastante restrita no 57 que, no entanto, toca as principais vertentes do seu pensamento: estética, saudosismo e ensino.

No domínio da estética, em «O enigma dos painéis» — pequena amostra do conteúdo de *Estética e Enigmática dos Painéis* (1957) —, Afonso Botelho faz uma discussão acerca da interpretação dos painéis de Nuno Gonçalves, colocando o acento tónico da sua reflexão no conceito de enigma. Alargando a sua reflexão à imaginação estética dos portugueses, conclui que:

«A imaginação estética dos portugueses, nascida do sentimento da saudade, ou do *amor convergente*, voga sobre a fluidez da vida humana, por entre os escolhos da realidade concreta, e como não se queima no fogo do impossível, nem se afunda no enigma do ser, antes se cobre secretamente com o tempo e o espaço, liquefaz as imagens primitivas em entidades que ecoam o falar do espírito» (149).

Como vemos, Afonso Botelho enraíza a nossa imaginação estética no sentimento da saudade. O tema da saudade é uma das dominantes do seu pensamento, que o leva a ser incluído na corrente da filosofia da saudade, a par de Teixeira de Pascoaes, F. da Cunha Leão e António Magalhães (150).

Numa Entrevista dada ao 57, Afonso Botelho declara-se saudosista, considerando a teoria da saudade como a forma de pensamento originária e mais

significativa entre todos aqueles que falam a nossa língua e que autenticamente a usam quando filosofam ⁽¹⁵¹⁾. Mas a explicitação do saudosismo, como movimento cultural e movimento filosófico, é-nos dada em «Saudosismo como movimento» (1960).

Outro dos temas, presente em todos os principais colaboradores do 57, é o do ensino. Em *O drama do universitário* (1955), Afonso Botelho relata o drama, partindo da vivência do seu drama, da vida na Universidade. Nas primeiras linhas da «Introdução», Afonso Botelho ilustra bem os seus sentimentos, neste campo, com esta frase lapidar: «O meu livro é pobre em relação ao muito que sofri na Universidade».

Na sua colaboração no 57, em «O existencialismo e a libertação do ensino», Afonso Botelho refere que a renovação do ensino português, especialmente o universitário, deve ser feita a nível dos conteúdos programáticos, a partir da nossa existência. E nesse aspecto, o que tem sido feito, tem-no sido através do contributo do existencialismo, por um lado, e de Delfim Santos, por outro ⁽¹⁵²⁾.

O existencialismo levou os estudantes a um certo cepticismo em relação às matérias ensinadas: o existencialismo «contribuiu efectivamente para que, entre os estudantes, se pusesse em dúvida a autenticidade da matéria ensinada» ⁽¹⁵³⁾.

A par do existencialismo, teve papel de muita importância na libertação do nosso ensino a actividade de professor de Delfim Santos que «proporcionava um novo tipo de convivência e trazia às relações precárias do ensino um método de humanização do conhecimento» ⁽¹⁵⁴⁾.

Finalmente, o percurso de Afonso Botelho conheceu também a carreira de novelista, em que não é alheia a vertente filosófica e em que se revela uma das suas principais inclinações, a da crítica social ⁽¹⁵⁵⁾. A nível do 57, este seu pendor é ilustrado pelo conto «O inconformista».

Tal como nos autores anteriores, também a temática do pensamento de Afonso Botelho está claramente condizente com as linhas mestras do Movimento de Cultura Portuguesa, a que pertencia.

CAPÍTULO III

O «57» E O AMBIENTE CULTURAL E FILOSÓFICO DO SEU TEMPO

1. O «57» e o ambiente cultural do seu tempo

Os anos 50-60, na nossa cultura, foram muito ricos, como se pode constatar na efervescência do ambiente, através das Revistas da época. Estas são o retrato das ideias e vectores que nos podem ajudar a caracterizar esse tempo. Neste período de tempo podemos encontrar cinco vectores fundamentais, que representam outras tantas mentalidades na nossa cultura e que têm expressão através de variadas Revistas. Esses vectores estão agrupados à volta da «Filosofia Portuguesa» (aqui a nível do «57»), do «Neo-Realismo», do «Surrealismo», da «ideologia dominante» e da «filosofia e cultura na Universidade» ⁽¹⁵⁶⁾.

1.1 O Movimento «57»

O «57», como já referimos no Capítulo I, tenta fazer a recuperação do espírito da «Renascença Portuguesa» e de *A Águia*. Tal como já tinha acontecido com *Acto* (1951), seguindo-se o *57* (1957) e, depois, *Espiral* (1964), *Escola Formal* (1977) e *Ensaio* (1980).

Este consecutivo, com maior ou menor espaço de tempo de intervalo, aparecimento de periódicos ligados à «Filosofia Portuguesa» tem a sua função. Por um lado, dá-lhe um certo carácter de continuidade, por outro, dá-lhe um cariz de imposição, dando eco ao provérbio «água mole em pedra dura, tanto dá até que fura».

A caracterização do «57» pode ser feita num triplo aspecto:

«A revista '57' valorizou a reflexão filosófica sobre os valores originais da cultura portuguesa.»

«Este movimento é espiritualista e está ligado a uma concepção transcendental da realidade, da vida e do homem de um modo heterodoxo.»

«Cada pensador tem a sua posição pessoal, mas temos em comum a ideia de que a verdade não se esgota na percepção sensorial»⁽¹⁵⁷⁾.

No *57* nota-se que o tema dominante é, de facto, a cultura, mas não tomada ainda como objecto de análise específico. Nota-se, sim, é a preocupação de se consolidar uma transformação cultural, e de se impor uma tendência do filosofar português contemporâneo. Transformação e tendência essas que deviam ser orientadas pelos genuínos valores portugueses.

O seu comprometimento, como o de todo o movimento da «Filosofia Portuguesa», com o poder vigente na altura é ponto de discórdia. Um dos autores

que mais vivamente faz essa associação é Eduardo Lourenço. Segundo ele a «Filosofia Portuguesa» representa a «*ideologia cultural* de um fascismo lusitano», chegando mesmo o jornal 57, refere ele, a utilizar um «estilo provocatório e intimidativo»⁽¹⁵⁸⁾

No entanto, pensamos que não há razões suficientes para fazer essa associação. Apesar de algumas das suas posições se identificarem com a orientação política do Estado Novo, como seja a defesa das colónias, nomeadamente através do seu «Manifesto à Nação», em Abril de 1961⁽¹⁵⁹⁾, e do seu «Apelo patriótico ao Governo da Nação» em Dezembro de 1961, este a propósito da invasão de Goa pela União Indiana, pensamos que isso apenas expressão da sua visão da cultura e território portugueses, e não comprometimento político.

Aliás, ao longo do 57 há frequentes referências à política, dizendo que esta deve depender de valores superiores e que a filiação «partidária» da Pátria deve ser unicamente na sua tradição⁽¹⁶⁰⁾.

A corroborar a nossa ideia, temos a posição de Urbano Tavares Rodrigues — insuspeito neste campo, dada a sua posição política — para quem o «57» não deve ser incluído na literatura fascista⁽¹⁶¹⁾, e também a de Clara Rocha, que não inclui o 57 e os outros órgãos da «Filosofia Portuguesa» na ideologia reaccionária ou dominante⁽¹⁶²⁾. A par disso há o facto significativo, de José Marinho ter sido expulso do magistério oficial, chegando mesmo a estar preso, por não ter querido assinar um telegrama de repúdio a atentado contra Salazar⁽¹⁶³⁾.

Este problema é bem o reflexo do espírito das mentalidades modernas, em que é comum a tendência para rotular, para pautar tudo pela política.

Ainda sobre este assunto, António Quadros afirma que «O '57' não teve nenhuma ligação com os poderes vigentes nem recebeu apoios oficiais» ⁽¹⁶⁴⁾. E esclarece ainda a razão de se associar a filosofia portuguesa com uma forma de nacionalismo político, abordando, a par disso, também as razões de não se falar ou relembrar o «57»:

«As ideias do '57' não foram aceites pelas culturas oficiais. O primeiro motivo da rejeição foi o predomínio que dávamos na cultura, à filosofia. Fomos praticamente até hoje, o único grupo que valorizou a filosofia. Todos os outros grupos são do tipo político ou do literato (...).

O segundo aspecto é que as pessoas, de um modo geral, negam a *filosofia portuguesa* sem qualquer reflexão sobre o assunto. Essa resistência é instintiva porque a intelectualidade portuguesa está formada num ideal internacionalista e estrangeirado e não admite que o pensamento também esteja ligado ao homem concreto e possa ter raízes (...).

Finalmente, as pessoas identificam o movimento da *filosofia portuguesa* com uma forma de nacionalismo político. Os movimentos anti-nacionalistas consideravam que dar importância à filosofia portuguesa é, de certo modo, favorecer o nacionalismo político» ⁽¹⁶⁵⁾.

António Quadros, director do *57*, reconhece mesmo que o «57» não teve êxito social. A nossa cultura está dominada por um pensamento estrangeirado e pela Universidade, que é veículo daquele. O que revela que o «57» teve uma acção à margem das culturas oficiais, que dominavam o nosso panorama cultural.

No entanto, a acção do «57» teve reflexos, primeiro através dos vários periódicos ligados à «Filosofia Portuguesa», depois, e talvez o mais importante, pela persistente defesa do pensamento português, que começa a ter os seus frutos:

«(...) aquilo que nós procurámos fazer no '57' está agora a colher os seus frutos porque verifico que está a surgir uma juventude, que está a voltar-se, talvez desiludida com as tais culturas oficiais e com uma série de quimeras de que viviam os homens do meu tempo, para procura de um pensamento português, para a procura de valores espirituais»⁽¹⁶⁶⁾.

O «57» é, de facto, um movimento *de* cultura portuguesa, como eles próprios se denominavam, e não *da* cultura portuguesa. O que equivale a dizer que o «57» encarna uma mentalidade, a par de outras, na nossa cultura.

1.2 O «Neo-Realismo»

O «Neo-Realismo» e a «ideologia dominante», eram os dois vectores da nossa cultura que mais marcavam os anos 50-60. A «ideologia dominante» como sustentáculo

do poder vigente. O «Neo-Realismo» como a linha de oposição a esse mesmo poder.

O «Neo-Realismo» representa a linha da militância, da literatura de compromisso, da arte empenhada ⁽¹⁶⁷⁾.

Os principais órgãos do «Neo-Realismo» são as Revistas *Vértice* (que já tinha iniciado a sua publicação em 1942, e continua até à actualidade), e também *A Serpente* (1951) e *Notícias do Bloqueio* (1957-1962), que representam a segunda vaga neo-realista.

Na *Vértice* é relevante a sua crítica de livros «marcada». E na afirmação dos seus ideais, inclui textos de carácter histórico ou ideológico:

«(...) *Vértice* inclui artigos sobre a Revolução de Outubro, uma antologia de poemas portugueses sobre a Revolução soviética, etc.; ou mesmo as tomadas de posição política assumidas eventualmente por uma revista: em *Vértice*, e a partir de 74, o apoio ao MFA, o apelo à unidade das forças democráticas, etc.» ⁽¹⁶⁸⁾.

A *Serpente*, de que saíram apenas três números, e *Notícias do Bloqueio*, são afirmação da segunda vaga neo-realista, pois são já marcadas pela heterodoxia.

A primeira inclui colaboração diversificada que vai desde antigos colaboradores da *Presença* a neo-realistas e surrealistas. A segunda representa um certo compromisso entre as tendências neo-realistas e surrealistas. É no entanto esta última, segundo Clara Rocha, que lança definitivamente a segunda vaga neo-realista.

1.3 O «Surrealismo»

O «Surrealismo» é outro dos vectores da nossa cultura, nesta época.

Através dele se tentava verter para a nossa cultura o compromisso com a fealdade, como «arma contra a cultura burguesa e as suas formas de censura estética, moral, etc.»⁽¹⁶⁹⁾. A linha da fealdade é radicalizada com o Abjeccionismo:

«*Abjeccionismo* foi a palavra escolhida pelos surrealistas portugueses, na linha duma ‘reacção a certa *pureza* bretoniana’ (Pedro Oom), para assim marcar um regresso ao desígnio de contestação e destruição próprio dos dadaístas, a um sentido de derisão, desespero ou, até, agressão que vem retomar aquele espírito de empenhamento revolucionário que é próprio do Surrealismo»⁽¹⁷⁰⁾.

Neste espaço de tempo, os periódicos que, segundo Clara Rocha, veiculam as propostas estético-literárias deste movimento são: *O Globo* (1943-50), o conjunto de cinco números *Unicórnio*, *Bicórnio*, *Tricórnio*, *Tetracórnio* e *Penta córnio* (1951-56), *Anteu* (1954) e *Pirâmide* (1959-60).

1.4 A «ideologia dominante»

Sob esta denominação incluem-se as Revistas que dão expressão a um sistema de valores condizentes com os do regime vigente. Algumas dessas Revistas são mesmo editadas por instituições do regime.

Dentre essas Revistas, podemos anotar um grupo delas, que Clara Rocha⁽¹⁷¹⁾ aponta como veiculadoras da «ideologia reaccionária»: *Panorama* (1941-73), *Atlântico*

(1942-50), ambas editadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional, *Cidade Nova* (1949-61), *Esmeraldo* (1954-56), *Cidadela* (1959) e *Tempo Presente* (1959-1961).

Dentre estas, *Tempo Presente*, com ligação a *Graal* (1956-57), assume-se mesmo como fascista por um lado, e católica, por outro ⁽¹⁷²⁾.

2. O «57» e o problema da filosofia portuguesa

2.1 O ambiente filosófico

O período compreendido entre os anos 50-60, foi também muito fértil a nível filosófico. O interesse pelos temas filosóficos em geral, e especificamente portugueses, teve grande incremento nesta época.

A grande actividade dos movimentos culturais do princípio do século, especialmente da «Renascença Portuguesa», «Seara Nova» e «Integralismo Lusitano», faz sentir os seus efeitos por esta altura, tanto dentro como fora da Universidade. Expressão disso é o despontar de Revistas dedicadas propositadamente aos temas filosóficos e o interesse por estes assuntos de outra Revistas culturais e dos suplementos de outras publicações periódicas. Carlos Branco afirma mesmo que a partir de meados dos anos 40,

«Nunca os investigadores se debruçaram tanto sobre os diversos períodos da nossa história cultural. Nunca os pensadores portugueses de diversas orientações se preocuparam tanto com a

exposição no plano filosófico das coordenadas mentais que regem essa história» (173).

O Prof. Lúcio Craveiro da Silva, no seu estudo «Filosofia Portuguesa Actual. Esboço histórico valorativo», dá-nos um claro perfil da filosofia portuguesa dentre a «torrente de águas vivas» desse período. Esse perfil inclui as figuras em torno de Leonardo Coimbra, os Professores das Faculdades de Letras, o Movimento da Faculdade de Filosofia de Braga, o Centro de Estudos Escolásticos de Lisboa, a corrente Franciscana, a Filosofia do Direito e a Filosofia da Estética.

Desse estudo, conclui o Prof. Craveiro da Silva que «a actividade filosófica em Portugal, na época actual, é mais abundante e valiosa que nas décadas anteriores (...)» (174). Realçando, nessa actividade, por um lado, os nomes reunidos em torno de Leonardo Coimbra pelo seu esforço de valorização e explicitação da História da Filosofia Portuguesa, no qual incluímos o «57» e, por outro, a fecundidade e o espírito construtivo do neotomismo, entendido num «sentido vasto, espiritualista e humano», nele incluindo Alfredo Pimenta, João Ameal, o Movimento da Faculdade de Filosofia de Braga, e o Centro de Estudos Escolásticos de Lisboa (175).

Das várias Revistas neste “âmbito, cabe destacar a *Revista Portuguesa de Filosofia*, da *Faculdade de Filosofia de Braga*, a *Revista Filosófica* (1951-58), fundada e dirigida por Joaquim de Carvalho, a *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa, que não sendo dedicada exclusivamente a temas filosóficos, é expressão do que se passa a esse nível, nessa Faculdade (176), *Colectânia de*

Estudos/Itinerarium (este último nome foi adoptado em 1955, mantendo-se até à actualidade), publicação dos Franciscanos e *Filosofia* (1954-61), órgão do Centro de Estudos Escolásticos de Lisboa.

De todas estas Revistas e respectivas instituições a que estão ligadas, explicitaremos a actividade do Centro de Estudos Escolásticos e do seu órgão, a revista *Filosofia*, dada a sua contestação ao movimento da «Filosofia Portuguesa».

O Centro de Estudos Escolásticos foi fundado por um grupo de jovens universitários, em 1950, apresentando o seu órgão um pensamento «tomista e agostiniano, com orientação neotomistas») ⁽¹⁷⁷⁾.

A base da discórdia residia no problema da origem da filosofia portuguesa. Enquanto para o movimento da «Filosofia Portuguesa» a tradição filosófica portuguesa tem o seu início e a sua verdadeira expressão em Sampaio Bruno e, já antes, em Amorim Viana e Cunha Seixas, para os elementos do Centro de Estudos Escolásticos essa origem deve ser procurada nos representantes do pensamento e da filosofia cristã ⁽¹⁷⁸⁾.

Dentro da grande preocupação pelos temas filosóficos, teve grande relevo, por esta altura, a discussão em torno da existência e originalidade da nossa filosofia.

2.2 O problema da filosofia portuguesa

O movimento «57», através do seu órgão, ampliou a voz do movimento, mais amplo, da «Filosofia Portuguesa», no qual se inseria.

Sobre toda a problemática em torno da filosofia portuguesa, já João Ferreira, em *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa* (1965), fez o tratamento devido, de articulação deste tema.

António Quadros em estudo recente, intitulado «O Homem Português» (1984), faz uma retrospectiva à acção, e seus princípios, da «Filosofia Portuguesa», naquilo que o movimento tem de mais fundamental:

«Procuraram eles [os do movimento da «Filosofia Portuguesa»], por um lado, restituir entre nós ao pensamento ou à exigência filosófica a primazia perdida, na ordem da ciência, da história, da pedagogia, da literatura ou em geral da cultura (...); por outro lado, proceder ao reconhecimento e à justa valorização do acervo filosófico português (...); e, enfim, discernir, exprimir e desenvolver um *modo português de filosofar*, na convicção de que todo o pensamento parte de um substracto antropológico, linguístico e cultural que o qualifica e identifica» (179).

Esse triplo aspecto, apontado por António Quadros — o dar primazia à filosofia sobre outras formas de pensamento, o fazer o levantamento do acervo filosófico português e dar-lhe a devida valorização, e radicar e individualizar o nosso modo específico de pensar —, em relação à «Filosofia Portuguesa», representa o mesmo caminho seguido pelo «57», como tentámos mostrar ao longo do Capítulo II.

É neste âmbito, sobretudo pela sua concepção de filosofia (180) e pela defesa da existência de uma filosofia

portuguesa, que se agitou o panorama cultural português, em finais dos anos 50, e princípios dos anos 60.

Nessa acesa discussão, participaram várias Revistas de índole filosófica e outras.

Na discussão desse problema é de realçar, pela sua posição claramente contrária à existência de uma filosofia portuguesa, os nomes de Manuel Antunes, em estudo já citado, Amorim de Carvalho, em *Deus e o Homem na Poesia e na Filosofia* (1959), e de Joel Serrão, em estudo inserto em *Temas de Cultura Portuguesa* (1960), entre outros ⁽¹⁸¹⁾.

Também os jornais da época, a partir de 1957 — ano do centenário do nascimento de Sampaio Bruno; data que por isso era motivo para estudos e entrevistas —, deram eco deste problema, nas suas secções culturais. Estão nesse caso, particularmente o «Diário Popular», «O Comércio do Porto», o «Diário de Notícias» e o «Diário Ilustrado».

Dentre esses é de especial interesse a série de entrevistas no «Diário Ilustrado», na secção «Círculo Aberto», ao longo de todo o ano de 1960. Podemos dizer que é um «círculo aberto sobre a filosofia portuguesa». Aí são entrevistadas figuras da nossa cultura, que expressam, de uma forma geral, uma posição inequívoca — a favor ou contra — sobre a filosofia portuguesa. Os entrevistados são, por ordem cronológica da entrevista, José Marinho, Álvaro Ribeiro, Amorim de Carvalho, Fidelino de Figueiredo, Cunha Leão, Joel Serrão, Jorge Preto, Dias de Magalhães, Alberto Ferreira e João Ferreira.

Quanto às posições sobre a existência ou não de uma filosofia portuguesa, podemos estremar essas posições em três campos.

Uns dizem que as nossas características como povo, de sonhadores e poetas, pouco dados a abstracções, não favorecem a criatividade filosófica — a nossa capacidade é para a poesia e para a História.

Outros dizem que o que tem faltado é ambiente, é contexto. O medo da crítica alheia, o medo de expor-se ao possível enxovalhamento social, levaria a que na nossa cultura houvesse apenas uma filosofia potencial.

Finalmente, para outros, é claro e evidente que nós temos um «modo português de filosofar». Nesta situação se encontra o movimento da «Filosofia Portuguesa», que tem procurado um fio identificador do nosso pensar característico de portugueses.

Quanto a nós, pensamos que no sentido tradicional de «sistema filosófico», ele não existe entre nós. O sistema é algo que coarcta, que encaixa o pensamento. O português, pelo contrário — a nossa História o tem demonstrado — não é dado a coarctamentos, a métodos rígidos, a esquemas meramente lógicos. No entanto, se ao nosso modo de pensar não se podem apor classificações como Empirismo, em relação à filosofia inglesa, ou Idealismo, em relação à filosofia alemã, ele não deixa de existir.

CONCLUSÃO

Chegados ao termo do nosso trabalho, fica-nos a dupla certeza, por um lado, das limitações no tratamento de todas as facetas do pensamento do «57» e, por outro, de termos tentado apreender as teses fundamentais desse pensamento. Das ideias propostas pelo movimento «57», podemos tirar algumas conclusões.

1. O contributo do «57» para a dinamização da nossa cultura teve aspectos muito positivos. Na acção do «57», esteve patente a luta contra a ideia, reinante entre nós, de que aquilo que é estrangeiro tem mais valor do que o nacional, tentando despertar simultaneamente a atenção para os nossos próprios valores e empreendendo, nesse sentido, uma reflexão filosófica sobre os valores da cultura portuguesa. Por vezes a exaltação dos valores nacionais ultrapassa a moderação. Mas também não são moderadas as posições contrárias, que tentavam denegrir a nossa imagem como povo, querendo fazer crer que na nossa cultura pouco há de positivo, chegando a tal conclusão sempre por comparação com os *outros*, o *lá-fora*, o *estrangeiro*.

Um povo, para *sobreviver*, tem de ter uma imagem *positiva* de si mesmo. O «57» alertou-nos, precisamente para as nossas potencialidades como povo. O que havia a fazer, defendiam eles, era despertar as energias que estavam adormecidas, como já tinha proposto a «Renascença Portuguesa».

Não nos parece poder concluir que o pensamento do «57» estivesse embebido numa nostalgia do passado. As suas ideias tinham em conta a tradição, porque entendiam que a História é necessária. A História é como um espelho. Para me ver necessito de um espelho. Mas aquilo que está no espelho é, na verdade, a minha imagem, mas é uma ilusão. Se lá der com um objecto só parto o espelho. Por esta analogia se poderá entender melhor a posição do «57» face ao passado. E nisso é de realçar o seu atino em compreenderem a necessidade da tradição para a dinamização da nossa cultura.

Também os principais elementos do «57», deram um grande contributo à nossa cultura, através de dezenas de traduções de obras, de importantes autores como Hegel, Nietzsche, Freud, Stuart Mill, F. Bacon, A. Camus, Voltaire, Erasmo de Roterdão, Tomas Morus, L. Tolstoi, F. Dostoiewsky, Walter Scott, Balzac, etc.

No domínio mais especificamente filosófico, enquanto que o interesse nesse âmbito, em Portugal, de uma forma geral partia de dentro para fora da Universidade, o «57» agia num circuito paralelo à Universidade, tentando influenciá-la de fora para dentro. A agitação em torno da Filosofia, em que o «57» participou activamente, teve alguma repercussão directa, nomeadamente a individualização dos cursos de História e de Filosofia, em finais de 1957.

Nesta época, como já no período de vigência do 57, em que os «mass media» tendem cada vez mais para a uniformização, o «57» teve também o papel positivo de apelar para a defesa e preservação do *nosso*, das «coisas» portuguesas. Ainda hoje, e no futuro, este apelo continua a ter lugar.

2. No entanto o «57» também teve os seus exageros, como o próprio António Quadros admite no Prólogo a *Espírito da Cultura Portuguesa* (1967).

As ideias expostas no 57 têm, por vezes, um cariz maniqueísta, pois tomam como padrão o seu pensamento e as obras dos autores do Movimento e as análises que fazem são em relação com esse padrão. Disso são reflexo as resenhas, por vezes muito desenvolvidas, que fazem de obras de autores extrínsecos ao Movimento. Nessas análises, as ideias e as obras destes ficam sempre num plano inferior.

Outro dos aspectos em que esteve patente o seu exagero, foi na defesa acérrima da manutenção das então colónias portuguesas. Faltou-lhes a entevisão do futuro e a perspectiva de dinamismo que assiste ao devir sócio-cultural que, afinal, eles tanto pugnaram. Aí havia um certo espírito pactuante com o «mito da estabilidade», criado pelo Estado Novo.

3. Finalmente, realçando ideia anterior, o que está por detrás das teses do «57», e da «Filosofia Portuguesa», é a interpretação da unidade e diversidade da Cultura. Ou a tónica da Cultura assenta mais na diversidade e, então, as suas posições estão alicerçadas, ou, então, a tónica da Cultura assenta mais na unidade e, então, as suas teses acabam por ter um carácter relativo.

NOTAS

(1) «Manifesto de 57» in *57*, Cascais, I, 1 (1957), p. 2. A partir do n.º 5 (1958), o jornal *57* passa a ser editado em Lisboa.

(2) Ao longo do nosso estudo, sublinharemos *57*, quando nos referirmos ao seu órgão e colocaremos entre aspas «57», quando nos referirmos ao movimento assim designado.

(3) Sobre esta temática, cf. JOÃO FERREIRA — *Existência e fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa*, Ed. Franciscana, Braga, 1965.

(4) Da revista *Acto*, «fascículos de cultura», editada em Lisboa, saíram apenas dois números, nos anos 1951-1952.

(5) Editada em Lisboa e publicada entre os anos 1964-1966, saíram treze números desta revista.

(6) Cf. PAULO SAMUEL — «O pensamento filosófico contemporâneo», in *Laikos*, Lisboa, VII, 3-4 (1984), p. 391.

(7) Dessa incompreensão dá-se eco António Quadros — «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», in *57*, III, (1959), p. 4: «Combateram-nos com

preconceitos, não com conceitos. Apontaram as suas setas, menos à realidade do nosso pensamento, do que à imagem desfocada da projecção dos seus próprios fantasmas obsessivos (...).

⁽⁸⁾ *Ib.*, p. 4.

⁽⁹⁾ *Ib.*

⁽¹⁰⁾ *Ib.*

⁽¹¹⁾ *Ib.*, p. 9.

⁽¹²⁾ *Ib.*, p. 4.

⁽¹³⁾ *Ib.*

⁽¹⁴⁾ Cf. *Ib.*

⁽¹⁵⁾ *Ib.*

⁽¹⁶⁾ *Ib.*, p. 5

⁽¹⁷⁾ Cf. *Ib.*

⁽¹⁸⁾ *Ib.*

⁽¹⁹⁾ *Ib.*

⁽²⁰⁾ *Ib.*

^(20^a) *Ib.*

⁽²¹⁾ Cf. ANTÓNIO QUADROS — «Sessenta anos de autonomia cultural e independência política», in 57, V, 11 (1962), p. 2.

⁽²²⁾ O seu desejo é assim expresso, no Prefácio: «Este livro, não pelo seu valor, mas pelas verdades que encerra, deveria ser lido, estudado e comentado nos Cursos de Literatura e História Pátria, sendo certo que poderia mesmo constituir um curso independente e o último dos Liceus, pois a sua matéria abrange, numa síntese superior, as matérias tratadas em quase todos os cursos liceais. «TEIXEIRA DE PASCOAES — Arte de ser português, Ed. «Renascença Portuguesa», Porto, 1915, p. 12.

⁽²³⁾ ANTÓNIO QUADROS — «O Mito do Espírito...», *art. cit.*, p. 5.

(24) *Ib.*

(25) «O modernismo expressional e conceptual, o futurismo, o cubismo, o dadaísmo, que se anunciam já nestes poetas [Sá-Carneiro, Angelo de Lima, Amadeu de Sousa Cardoso, Santa Rita Pintor, certo Almada Negreiros e Fernando Pessoa através de Álvaro de Campos], representam o repúdio da imagem convencional da sociedade burguesa. O Manifesto Anti-Dantas, o Ultimatum, o assassinato da personalidade social traduzido plasticamente por Santa Rita Pintor ou Amadeu seriam as bombas destrutivas do organismo doente que, da Monarquia para a República, se mantivera igual a si mesmo e sem melhoras visíveis. Esta faceta do *Orpheu* teria pois função catárquica: colocada diante da verdadeira visão da sua pobreza mental e humana, a sociedade procederá à purgação dos seus sentimentos e libertaria o seu espírito (...).

Precisamente na sua função criadora, o *Orpheu* propunha um desenvolvimento do pensamento da Águia (...). O lado criador de Orpheu confirmado pela *Athena* e pelo Sudoeste, pelo messianismo de Raul Leal, pelo pitagorismo estético de Almada Negreiros, ensinamos que *Orpheu* é em realidade um movimento solar, de signo órfico, procurando conferir ao homem português, ao herói da *Mensagem*, ao sedento de espaços da *Ode Marítima*, ao marinheiro lisboeta e fadista das gáveas da *Nau Catrineta*, aquela investidura sumamente espiritual, que propicia uma permanente relação entre o imanente e o transcendente, o formal e o substancial, o aparente e o oculto», *Ib.*

(26) Cf. *Ib.*

(27) *Ib.*

(²⁸) António Quadros faz preceder, na sua análise, a «Seara Nova» ao «Integralismo Lusitano», quando historicamente acontece o contrário, facto para o qual não dá explicação. Nós abordaremos o «Integralismo» em primeiro lugar.

(²⁹) Apesar desses ataques contribuírem para minar, a nível lógico, a doutrina integralista, é também verdade que a doutrina subjacente ao Estado Novo bebeu fortemente nas ideias do «Integralismo Lusitano». Entre umas e outras há muitos pontos de contacto. Só que, em vez de um Rei todo-poderoso, existia um homem todo-poderoso. Sobre este assunto, cf. sobretudo MANUEL BRAGA DA CRUZ — «O Integralismo Lusitano e o Estado Novo», in *O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982, pp. 105-139 e Id. — «O Integralismo e as origens do Salazarismo», in *Análise Social*, XVIII, 72-74 (1982), pp. 137-182.

(³⁰) ANTÓNIO QUADROS — «O Mito do Espírito...», *art. cit.*, p. 6.

(³¹) *Ib.* p. 5.

(³²) A respeito da fundamentação filosófica da educação de um dos principais elementos da «Seara Nova», António Sérgio, refere Manuel Patrício que «Sérgio não é um personalista nem um individualista. Sérgio é (...) um impersonalista. Ele definiu-se como um 'humanista crítico' e cremos que com razão. Este 'humanismo crítico' é anti-individualista e antinacionalista. R um humanismo do homem geral». MANUEL PATRÍCIO — «A fundamentação filosófica da Educação de António Sérgio» (Prova Complementar de Doutoramento), Universidade de Évora, Évora, 1984, p. 48.

(33) ANTÓNIO QUADROS — «O Mito do Espírito...», *art. cit.*, pp. 5-6.

(34) *Ib.* p. 6.

(35) *Ib.*

(36) Com a saída desses elementos dá-se uma mudança na direcção da «Presença», a partir do número 27 (1930). Como consequência, aparecem as revistas *Sinal* (1930), dirigida por Adolfo Rocha (Miguel Torga) e Branquinho da Fonseca, e mais tarde, *Manifesto* (1936-38), dirigida por Albano Nogueira e Miguel Torga.

Para a obtenção destes dados e de alguns outros sobre revistas e jornais, não queremos deixar de registar o contributo de FERNANDO GUIMARÃES, através da sua obra *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982, sobretudo o Capítulo «Principais revistas e publicações literárias desde o surto do simbolismo até à actualidade (1980)».

(37) Já no precursor do 57, o *Acto*, ANTÓNIO QUADROS criticava o movimento da «Presença», neste aspecto, dizendo que «a ausência de uma interpretação filosófica das obras literárias e artísticas foi uma das características mais constantes da ‘Presença’» — «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», in *Acto*, 2 (1952), p. 46.

(38) Neste contexto, António Quadros, para reforçar a sua ideia de repúdio pela submissão da cultura portuguesa a modelos estrangeiros, cita uma imagem de Teófilo Braga: «Todas as vezes que uma literatura, à maneira de uma planta, não alimenta as suas raízes neste humano forte chamado a tradição nacional, cresce, mas de uma maneira doentia». ANTÓNIO QUADROS «O Mito do Espírito...», *art. cit.*, p. 6.

(39) *Ib.*

(40) *Ib.*

(41) *Ib.*

(42) Na pintura distinguiram-se António Dacosta, Cândido da Costa Pinto, António Pedro e António Areal; na poesia, Mário Cesariny de Vasconcelos, Alexandre O'Neill, Natália Correia e Ernesto Sampaio; nas novelas, Manuel de Lima. Cf. *Ib.*

(43) *Ib.*, p. 9.

(44) *Ib.*

(45) «Manifesto de 57», in *57*, I, 1 (1957), p. 2. Mas as duas vias, do «conhecimento» e do «servir», são simultâneas. Na medida em que se está a conhecer *verdadeiramente* um povo, está-se simultaneamente a servi-lo, pois o *verdadeiro* conhecimento determina a verdade da acção.

(46) *Ib.*

(47) *Ib.*, p. 1.

(48) Cf. *Ib.*

(49) *Ib.*

(50) *Ib.*

(51) Cf. *Ib.*

(52) *Ib.*, p. 2.

(53) *Ib.*

(54) *Ib.*

(55) Este assunto será desenvolvido em tema à parte, mais adiante.

(56) «Manifesto de 57», *art. cit.*, p. 2.

(57) *Ib.*

(58) «Manifesto sobre a Pátria», in *57*, 2 (1957), p. 1.

(59) *Ib.*

(60) Cf. *Ib.*, p. 2. Segundo o «57» o que há de peculiar nestas obras é o herói não ser um indivíduo

isolado, como acontece em Homero e Virgílio, Dante e Goethe, mas toda uma colectividade, neste caso, a pátria portuguesa. Cf. *Ib.*

(61) «12 Teoremas do '57'», in *57*, I, 31 (1957), p. 1.

(62) «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*, p. 2.

(63) «12 Problemas concretos da Cultura Portuguesa», in *57*, 11, 5 (1959), p. 2.

(64) «Problemas Sexuais. Vocação e destino de cada sexo», In. *Ib.*, III, 7 (1959), p. 2.

(65) «Movimento 57», in *Ib.*, IV, 8 (1960), p. 1.

(66) «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*, p. 2.

(67) Nesse dia haveria a harmonização final de todos os movimentos «cultuais e culturais» e a redenção dos homens. Mas a situação cultural da humanidade, leva a afastar radicalmente a defesa dessa ideia. Cf. «Movimento 57», *art. cit.*, pp. 1, 16.

(68) Cf. «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*, pp. 1-2.

(69) *Ib.*, p. 2.

(70) Cf. *Ib.*

(71) «57. O Equívoco. Elementos para a iluminação do Sistema Português de Equívocos», in *57*, IV, 9 (1960), p. 12.

É interessante, e significativo, que neste contexto não se refira a colonização europeia que se pode enquadrar perfeitamente dentro da ideia de universalismo. E, nomeadamente, a colonização portuguesa, defendida ao longo do 57. Isto só é explicável através do Messianismo do «57», dentro do qual o povo português aparece como o povo eleito: «O lusitano é o povo da luz» («Portugal d'Aquém... e d'Além-Mar», in *57*, IV, 8 (1960), p. 1), povo esse que seria, no futuro, o padrão da redenção da humanidade.

O que, afinal, é uma contradição, pois assim, as pátrias teriam de se submeter a uma pátria.

(72) ANTÓNIO QUADROS — «Sessenta anos de autonomia cultural e independência política», *art. cit.*, p. 11.

(73) «Do problema das Nações Unidas ao problema da Pátria Portuguesa», in 57, IV, 10 (1960), p. 1. Convém aqui referir que perante o anúncio de negociações acerca da eventual participação de Portugal no Mercado Comum Europeu (C.E.E.), o «57» põe em causa a nossa adesão: «Como será possível a povos de tão diversas estruturas étnicas, políticas e sociais, com tão diferentes costumes, línguas, culturas, filosofias e cultos integrarem uma unidade que não seja conseguida por um nivelamento pela linha da comum mediocridade ou pelo domínio desacreditador dos economicamente mais fortes?», «Integração Europeia ou integração portuguesa?», in *Ib.*, V, 11 (1962), p. 1; Cf. também ANTÓNIO QUADROS — «Europa ou Portugal? Que Europa? Que Portugal?», in *Ib.*, pp. 1 e 13.

(74) «57. O Equívoco. ...», *art. cit.*, p. 12. Os sublinhados são nossos.

(75) ANTÓNIO QUADROS — «O Movimento do Homem», in 57, III, 6 (1959), p. 16.

(76) «57. O Equívoco. ...», *art. cit.*, p. 12.

(77) «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*, p. 11.

(78) «57. O Equívoco. ...», *art. cit.*, p. 11.

(79) «Manifesto de 57», *art. cit.*, p. 2.

(80) «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*, p. 2.

(81) A defesa da filosofia portuguesa, por parte do «57», e de toda a problemática nascida daí, será abordada no Capítulo seguinte. A razão da inserção, a seguir, da posição de Manuel Antunes reside no facto de

este autor não tomar como tema a filosofia portuguesa, mas posicionar o problema num âmbito mais vasto, o das filosofias nacionais. A discussão à volta da filosofia portuguesa, especificamente, muito acesa na época, será, como dissemos, tratada no Capítulo seguinte.

⁽⁸²⁾ MANUEL ANTUNES — «Haverá filosofias nacionais?», in *Brotéria*, Lisboa, LXIV, 5 (1957), p. 559. Este artigo é publicado em Maio de 1957, altura em que já tinham sido publicados o livro de Álvaro Ribeiro, *A Razão Animada* e o primeiro número do *57*. Mais tarde, Manuel Antunes publica o livro *Do Espírito e do Tempo* — colectânea de ensaios saídos na «Brotéria», entre os quais está «Haverá filosofias nacionais?» — de que António Quadros faz a crítica no *57*, à luz das teses fundamentais do «57», sendo bastante contundente nas suas apreciações: «Em súpula Manuel Antunes, afasta-se do seu povo e das suas raízes, formado no Tomismo (...). Manuel Antunes, com efeito, procede e pensa como se a unidade estivesse estabelecida no Mundo, ignorando a condição de uma multiplicidade que, pode ser míticamente transcendida, mas é condição do espaço e do tempo», ANTÓNIO QUADROS, «Crítica a *Do Espírito e do Tempo*», in *57*, IV, 10 (1960), p. 17.

⁽⁸³⁾ «12 Teoremas do '57'», *art. cit.*, p. 2.

⁽⁸⁴⁾ *Ib.*

⁽⁸⁵⁾ «12 Problemas Concretos da Cultura Portuguesa», *art. cit.*, p. 2.

⁽⁸⁶⁾ É neste contexto que se inserem as afirmações de ORLANDO VITORINO — um dos principais elementos do «57» — que, ao referir-se, em emissão televisiva e em Entrevista ao «Diário do Minho» de 1.06.1985, à sua candidatura às próximas Eleições Presidenciais, colocou como um dos pontos da sua

acção, em caso de vitória, a extinção da Universidade e a criação duma Universidade nova. Aquela, para o «57», funciona como um meio de transmissão de ideias estranhas à nossa cultura, sendo conivente com a ideia de universalismo. É fundamentalmente por esta razão que os principais elementos do «57» enunciaram fortes críticas à Universidade, mantendo-se sempre à margem da organização universitária. Cf. a este propósito ANTÓNIO QUADROS — «A cultura portuguesa perante o existencialismo», Ensaio a prefaciar a tradução portuguesa de Ismael Quiles — *Sartre e o Existencialismo*, trad. de Luís Pestana, Arcádia, Lisboa, 1959, sobretudo pp. 7-15.

(⁸⁷) «12 Problemas Concretos da Cultura Portuguesa», *art. cit.*, p. 2. Neste contexto o «57» aponta, mesmo, medidas concretas no campo do ensino: «Colaboração activa dos alunos numa primeira fase de investigação destes valores [os valores portugueses], a maioria dos quais parecem ser desconhecidos dos professores, que os não reconhecem oficialmente. Divisão metodológica de todas as disciplinas do ensino público em duas partes: uma, sobre a contribuição portuguesa para a respectiva ciência ou actividade mental; a outra, sobre a colaboração dos outros povos. (...) A desnacionalização parte quase sempre do desconhecimento e da Ignorância quanto aos valores portugueses e também da recusa preguiçosa à afirmação pessoal e responsável da originalidade virtual que cada homem traz consigo», *Ib.*

(⁸⁸) Cf. alguns excertos destas conferências em «Três Conferências sobre um urgente problema: o da Reforma Educativa», in *57*, 5 (1958), p. 19.

(⁸⁹) Estas conferências foram reunidas no volume *O que é o ideal português*, Ed. Templo, Lisboa, s.d. (1962); «O Ideal português no Ensino», pp. 195-210.

(⁹⁰) Dentre essas obras, realce para AFONSO BOTELHO — *O Drama do Universitário*, Cidade Nova, Lisboa, 1955; ANTÓNIO QUADROS — *A Angústia do Nosso Tempo e a Problemática concreta da Cultura Portuguesa*, Centro de Estudos Político-Sociais, Lisboa, 1957, Cap. 3 «Educação e Universidade: suas lacunas, suas responsabilidades, seu futuro»; ÁLVARO RIBEIRO — *Escola Formal*, Lisboa, s.d. (1958); *Id.* — *Licen Aristotélico*, Lisboa, 1962.

(⁹¹) JORGE PRETO — «O Sistema de Exames», in 57, II, 5 (1968), p. 19. Nesta linha de ideias se insere o pensamento de Gama Caiiro, para quem a renovação das mentalidades passa necessariamente pela via pedagógica. E, para a preparação do futuro, a educação aparece como a única solução para uma sociedade de escassos recursos, como a nossa. Cf. F. da GAMA CAEIRO — «O Pensamento Português», in *AAVV, Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, p. 30.

(⁹²) ANTÓNIO QUADROS — «Do Acto Político», in 57, 11, 5 (1958), p. 8.

(⁹³) *Id.* — «Os três problemas portugueses: Filosofia, História e Futuro da Pátria», in *Ib.*, V, 11 (1962), p. 3.

(⁹⁴) L. CRAVEIRO DA SILVA — «Filosofia Portuguesa Actual. Esboço histórico valorativo», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XIV, 3-4 (1958), p. 403.

(⁹⁵) Pinharanda Gomes coloca-o como o Propositor da filosofia portuguesa, e traça o seu percurso que vai

desde o militantismo político como membro do movimento da «Renovação Democrática», nos anos trinta, até à convicção de que a pedagogia deve sobrepor-se à política e que a salvação da Pátria era tarefa a iniciar pela Filosofia. Cf. PINHARANDA GOMES — *Liberdade de Pensamento e Autonomia de Portugal*, Espiral, Lisboa, 1971, pp. 36-38.

(96) Cf. EDUARDO IAURENÇO — *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 2.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1982, p. 37.

(97) Cf. A. BRÁS TEIXEIRA — «Ribeiro, Álvaro», in *VELBC* (Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura), Lisboa, vol. 16 e CARLOS BRANCO — *Situação Actual do Pensamento Português e Outros Ensaios*, Ática, Lisboa, 1960, p. 29.

(98) CARLOS BRANCO — *Op. cit.*, p. 29.

(99) L. CRAVEIRO DA SILVA — *Art. cit.*, p. 404.

(100) A. BRÁS TEIXEIRA — *Art. cit.*

(101) JOÃO FERREIRA — *Op. cit.*, p. 191.

(102) ÁLVARO RIBEIRO, Entrevista a A. Quadros, in *57*, I, 3-4 (1957), pp. 6-7.

(103) *Ib.*, p. 7.

(104) *Ib.*

(105) Cf. ÁLVARO RIBEIRO — «A Filosofia e o Direito», in *57*, II, 5 (1958), p. 2.

(106) *Ib.*, p. 3.

(107) Cf. Entrevista *cit.*, p. 8.

(108) A nível liceal propunha que a entrada seria aos catorze anos e o liceu deveria ser fundamentalmente um «curso de filosofia e ciências auxiliares da filosofia». As disciplinas fundamentais seriam a antropologia, a cosmologia e a teologia, devendo ser ainda esta directriz «acompanhada das disciplinas indispensáveis à arte de

ser português: língua, literatura, história, etnografia, direito».

A nível superior «Nas Faculdades de Letras e de Ciências, como na de Direito, o aluno escolheria logo no primeiro ano o assunto da sua dissertação sobre problemas portugueses, trabalho a realizar durante o curso, e a publicar depois de aprovado». A par disso, iria aprofundando a trilogia-antropologia, cosmologia, teologia —, que Álvaro Ribeiro justifica assim: «A antropologia corresponderia à autognose. Se a evolução da humanidade, o seu aperfeiçoamento e a sua redenção, não repercutem na Natureza e no Cosmos, então é falso o cristianismo. Eis porque a antropologia deve ser completada pela cosmologia (...). Sem teologia na Faculdade de Letras não é possível entender as palavras e os símbolos da arte portuguesa». *Ib.*, pp. 8-9.

(109) ÁLVARO RIBEIRO aparece como o «descobridor» de Cunha Seixas, pois para além do Prefácio de M. FERREIRA DEUSDADO a *Princípios Gerais de Filosofia*, de Cunha Seixas, em 1897, é Álvaro Ribeiro que, primeiro na sua obra *Os Positivistas* (1951), e agora no 57, «descobre» Cunha Seixas para a *filosofia portuguesa*. Posteriormente aparecem outros estudos, nomeadamente de A. BRÁS TEIXEIRA e PINHARANDA GOMES, e alguns artigos em Enciclopédias.

(110) ÁLVARO RIBEIRO — «Cunha Seixas e a filosofia portuguesa», in 57, III, 6 (1959), p. 14. Este artigo foi transcrito pela *Revista Brasileira de Filosofia*, S. Paulo, IX, 2 (1959), pp. 228-240.

(111) *Ib.*

(112) *Ib.*, p. 19.

(113) CARIAS BRANCO — *Op. cit.*, p. 35.

(114) ÁLVARO RIBEIRO — «Homenagem a José Marinho», in «Diário do Minho» (secção «Parábola»), Braga, 9.02.1974. Sinal do interesse que a obra de José Marinho tem despertado, foi esta Homenagem que lhe foi prestada ainda em vida e, também, o ter sido o «Autor Estudado» na Revista *Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1 (1981), onde vem incluída alguma bibliografia sobre o autor.

(115) Cf. JOSÉ MARINHO — «Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia», in 57, I, 3-4 (1957), p. 28. Este estudo foi incluído na sua obra póstuma, com algumas anotações posteriores, *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981, pp. 9-16.

(116) *Ib.*

(117) *Ib.*, 11, 5 (1958), p. 10.

(118) *Ib.*

(119) *Ib.*, I, 3-4 (1957), p. 28.

(120) Não abordámos este tema à parte, por ter sido António Quadros quem lhe dedicou especial reflexão.

(121) Cf. CARLOS BRANCO — *Op. cit.*, p. 32.

(122) Cf. A. J. SARAIVA e ÓSCAR LOPES — *História da Literatura Portuguesa*, 12.^a ed., Porto Editora, Porto, 1982, p. 1128.

(123) ANTÓNIO QUADROS — *A Existência Literária*, Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa, 1959, p. 113.

(124) *Id.* — «A cultura portuguesa perante o existencialismo», Ensaio na tradução portuguesa de Ismael Quiles, Sartre e o Existencialismo, trad. de Luís Pestana, Arcádia, Lisboa, 1959, p. 24.

(125) *Ib.*, p. 25.

(126) *Id.* — «Introdução a uma estética existencial — A dança e a sua evolução», in 57, I, 1 (1957), p. 12.

(127) *Id.* — «A Dança, primeira forma da para-existência artística», in *Ib.*, 3-4 (1957), p. 18.

(128) JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA considera António Quadros, integrado no movimento da «Filosofia Portuguesa», como um intérprete autorizado no domínio da estética. Faz-lhe uma interessante análise aos seus estudos neste âmbito, realçando-lhe a defesa da existência de um «barroco atlântico», fruto da resistência do génio nacional ao gótico e ao classicismo, no manuelino. Cf. J.-A. França — *A Arte em Portugal no Século XX*, Bertrand, Lisboa, 1974, p. 471.

(129) ANTÓNIO QUADROS — *Introdução à Filosofia da História*, Verbo, Lisboa, 1982, p. 12.

(130) Cf. *Id.* — «A Filosofia da História em Portugal», in 57, I, 3-4 (1957), p. 2. No Curso de Filosofia esta lacuna ainda hoje se verifica, pelo menos nas chamadas Universidades clássicas, onde a Filosofia da História não é disciplina obrigatória. Honra seja feita à Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, onde a cadeira de Teoria da História faz parte, com carácter obrigatório, do elenco das disciplinas do Curso de Filosofia.

(131) *Ib.*, p. 3.

(132) *Ib.*

(133) *Ib.*, p. 24. Nesta linha de ideias, também Manuel Antunes, em 1979, pugna pelo «surgimento de uma verdadeira comunidade lusíada no Atlântico, no Índico e na Diáspora». MANUEL ANTUNES — *Repensar Portugal*, Lisboa, 1979, p. 44.

(134) *Ib.*

(135) *Id.* — «Contribuição para a reforma estrutural da Universidade», in *Ib.*, p. 25.

(136) Cf. *Id.* — «Para além da crise da Universidade», in *Ib.*, 2 (1957), p. 17.

(137) Cf. *Ib.*

(138) *Ib.*

(139) *Id.* — «Contribuição para a reforma estrutural da Universidade», *art. cit.*, p. 25.

(140) CARLOS BRANCO — *Op. cit.*, pp. 32-33.

(141) Cf. A. BRÁS TEIXEIRA — O pensamento filosófico-jurídico português, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1983, p. 125.

(142) ORLANDO VITORINO — «O Indivíduo e a Pessoa», in 57, I, 1 (1957), p. 3.

(143) *Id.* — «A Justiça e a Amizade», in *Ib.*, 2 (1957), p. 6.

(144) Cf. *Id.* — «Hegel e a Liberdade», in *Ib.*, 3-4 (1957), pp. 11-12. Hegel, a liberdade e a justiça são temas presentes nos artigos do 57, como também em outros estudos de Orlando Vitorino, como em *Introdução Filosófica à Filosofia do Direito de Hegel* (1961), quarenta páginas do «Prefácio» sobre a Liberdade, na tradução portuguesa (de 1964) do *Ensaio sobre a Liberdade*, de Stuart Mil, na *Refutação da Filosofia Triunfante* (1976), em «O Raciocínio da Injustiça» (in «Rev. Ord. Adv.», 37, 2 (1977), 355-373).

António Brás Teixeira sintetiza assim o seu pensamento no domínio do Direito: «Para Orlando Vitorino, o Direito consiste num conjunto de *formas* articuladas em sistema, por dedução de três princípios: a *verdade*, a *justiça* e a *liberdade* — o predomínio de cada um dos quais caracterizou, sucessivamente, o direito grego,

o direito romano e o direito moderno». A. BRÁS TEIXEIRA — *Op. cit.*, p. 125.

(145) Cf. ORLANDO VITORINO — «O Pão e a Dor», in 57, 11, 5 (1958), p. 6.

(146) *Ib.*

(147) As suas ideias, neste domínio, estão sintetizadas na recente Entrevista ao «Diário do Minho», Braga, de 1.06.1985, concedida a propósito da sua candidatura à Presidência da República, conforme já referidos na nota 86.

(148) ORLANDO VITORINO, «Entrevista» ao «Diário do Minho», Braga, 1.06.1985.

(149) AFONSO BOTELHO — «O enigma dos painéis», in 57, 1, 1 (1957), p. 16.

(150) Cf. JOÃO FERREIRA — *Op. cit.*, p. 200. Cf. também A. DE OLIVEIRA — «Botelho, Afonso», in *VELBC* (Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura), Lx., Vol. 3.

(151) Cf. «Entrevista», in 57, II, 5 (1958), p. 14.

(152) Cf. AFONSO BOTELHO — «O Existencialismo e a libertação do ensino», in 57, I, 2 (1957), p. 16.

(153) *Ib.*

(154) *Ib.*

(155) Neste âmbito, ao nível da crítica positiva, é de assinalar a sua obra *Origem e Actualidade do Civismo* (1979), de temática ética.

(156) Este tema será abordado no subcapítulo seguinte, associando-o ao problema da filosofia portuguesa.

(157) ANTÓNIO QUADROS — «A revista 57 realça a reflexão filosófica sobre os valores da cultura

portuguesa» (entrevista), in «Diário de Coimbra» (suplemento Artes e Letras «Sopro»), de 16.09.1982.

(¹⁵⁸) EDUARDO LOURENÇO — *Op. cit.*, pp. 37-38. Tal como já referimos anteriormente, este autor afirma, neste contexto, que o movimento da «Filosofia Portuguesa», em especial através do 57, «ficou demasiado confinado aos limites de uma seita, à apologia sem *nuances* de um ‘guru’ (Álvaro Ribeiro)». *Ib.*

(¹⁵⁹) Sobre este Manifesto, diz ANTÓNIO QUADROS: «Um grupo de nós lançou um texto intitulado ‘Manifesto à Nação’ que foi publicado em todos os jornais, embora censurado pelo próprio punho de Salazar», in Entrevista cit. Ao «Diário de Coimbra».

(¹⁶⁰) Cf. por exemplo «Notas à Margem», in 57, IV, 8 (1960), p. 16 e «Os ‘Blousons Noirs’», in *Ib.*, V, 11 (1962), p. 7. No «Manifesto sobre a Pátria» é dito que «A Pátria não é defendida por qualquer partido, facção ou classe: é a longa fila de homens de mãos dadas que vem do fundo dos séculos e vai para o fim dos séculos, onde já não haverá então pátrias porque os homens terão subido mais um degrau», in «Manifesto sobre a Pátria», art. cit., p. 2.

(¹⁶¹) «Não me parece que se possa incluir na literatura fascista a corrente, ainda que antiprograssista, do chamado ‘pensamento português’ (ou movimento 57), em que avultam Álvaro Ribeiro, António Quadros, Orlando Vitorino, Amorim de Carvalho e outros». URBANO TAVARES RODRIGUES — «Literatura contra o fascismo e sublitteratura fascista», in *O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982, pp. 466-467 (nota).

(162) Cf. CLARA ROCHA — *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1985, pp. 555 e 560.

(163) Cf. «Impressões biográficas [de José Marinho]», in *Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1 (1981), p. 38.

(164) ANTÓNIO QUADROS — Entrevista *cit.* ao «Diário de Coimbra».

(165) *Ib.*, de 23.09.1982.

(166) *Ib.* Sinal disso parece ser o facto de, entre os seis mestrandos que concluímos a escolaridade do Mestrado na Faculdade de Filosofia de Braga, em 1983/1984, quatro termos escolhido para dissertação temas/autores portugueses: Teófilo Braga, Fernando Pessoa, Delfim Santos e Movimento «57».

(167) Para esta caracterização servimo-nos de CLARA ROCHA — *Op. cit.*, pp. 57 e ss. e 529 e ss. e de alguns dados de FERNANDO GUIMARÃES — *Op. cit.* Cf. também o ponto 2.2 do Capítulo I.

(168) CLARA ROCHA — *Op. cit.*, pp. 59-60.

(169) *Ib.*, p. 544. Sobre as vias seguidas pelos surrealistas cf. ponto 2.2 do Capítulo I.

(170) FERNANDO GUIMARÃES — *Op. cit.*, p. 100 (nota).

(171) CLARA ROCHA — *Op. cit.*, pp. 555 e ss.

(172) É claro que esta pequena panorâmica que procurámos dar, da nossa cultura nos anos 50-60, na tentativa de contextualizar o «57», tem lacunas. Várias outras perspectivas podiam ser dadas. Por exemplo, E. M. de Melo e Castro apresenta outra visão, onde inclui algumas Revistas que não se enquadram directamente nos principais vectores por nós traçados, e faz outras associações, a partir do seu ponto de vista. Assim: o quinteto *Unicórnio*, etc. (revisão criativa e crítica da

noção de Moderno na literatura Portuguesa), *Vértice* (neo-realista), *Tempo Presente* (extrema direita), *O Tempo e o Modo* (Democracia Cristã e Cristãos progressistas), *Rumo* (Católicos), *Seara Nova* (Esquerda progressista). Cf. E. M. MELO E CASTRO — «As Revistas dos Novíssimos», in *Sema*, Lisboa, I, 3 (1979), p. 63.

(173) CARLOS BRANCO — *Op. cit.*, p. 48.

(174) L. CRAVEIRO DA SILVA — *Art. cit.*, pp. 415-416.

(175) Cf. *Ib.*, p. 416.

(176) Sobre esta Revista e sobre o cultivo da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, escreveu GAMA CAEIRO importante artigo, «Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa (Número especial, comemorativo do 50.º Aniversário da RFL de Lisboa), Dez. (1983), pp. 161-173.

(177) PAULO SAMUEL — *Art. cit.*, p. 385.

(178) Cf. *Ib.*

(179) ANTÓNIO QUADROS — «O Homem Português», in *AAVV, Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, pp. 198-199.

Outra boa síntese dos principais vectores da «Filosofia Portuguesa», é-nos dada por ORLANDO VITORINO — «A Filosofia como Imagem da Pátria» in *Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1 (1981), pp. 95-100.

(180) Em relação à sua concepção de filosofia, João Ferreira escreve que «O grupo da 'filosofia portuguesa' concebe a filosofia como uma arte. É antipositivista, antimaterialista e anti-historicista. Aceita postulados teodiceicos e religiosos, mas aconfessionais. É interiorista (dum interiorismo dinâmico, por oposição ao estaticismo cósica do positivismo). É racionalista, enquanto julga a razão como suprema norma do

conhecimento e como infinito meio de redenção. É futurista e messiânico, na linha profética de Sampaio Bruno, Fernando Pessoa e Guerra Junqueiro. É evolucionista (em sentido espiritual: a filosofia é destinada a activar a reflexão do homem, ajudando-o a redimir-se). É simbolista: a sua metafísica ou estrutura categorial é feita de bases simbólicas (interessam-lhe pouco as ideias hipostasiadas, fundamentadas ou historicizadas); interessam-lhe as imagens sonhadas, míticas (...). Outra característica do grupo é a denodada defesa que faz da cultura atlântica, pondo em foco a sua especificidade e a sua supremacia sobre outras culturas». JOÃO FERREIRA — *Op. cit.*, p. 22 (nota).

⁽¹⁸¹⁾ Mais recentemente, em posição idêntica, podemos referir EDUARDO LOURENÇO, em obra já citada, ou alguns artigos de circunstância como o de Luís Martins, em que, a propósito de crítica ao volume IV de *Filosofia e Epistemologia* (revista do Seminário Permanente de Filosofia do Conhecimento), da Universidade Nova de Lisboa, faz algumas considerações contundentes à «Filosofia Portuguesa» e a instituições universitárias ligadas à Filosofia. O artigo tem um cariz sectário, que o poderíamos resumir assim: No âmbito da filosofia em Portugal, o que se faz na Universidade Nova de Lisboa é que é bom; tudo o resto não tem qualquer valor. Cf. LUÍS MARTINS — «A emergência de um novo filosofar em Portugal», in *JL* («Jornal de Letras, Artes e Ideias»), Lisboa, II, 45 (1982), pp. 24-25.

SUMÁRIOS DO JORNAL 57

ANO I, N.º 1, MAIO DE 1957

Dir.: *António Quadros*

- 1 «Manifesto de 57», pp. 1-2.
- 2 Francisco Sottomayor — «A Actualidade Científica de Goethe», pp. 2, 14, 15.
- 3 Avelino Abrantes — «A alegoria da caverna», p. 3.
- 4 José A. Ferreira — «Integração valorativa do homem;
I — O pensamento e a linguagem», pp. 3, 15.

Artes da Palavra:

- 5 Orlando Vitorino — «O Indivíduo e a Pessoa», pp. 3, 14.

Artes Espectaculares:

- 6 Azinhal Abelho (A. A.) * — «Teatros profissionais», p. 4.
- 7 Ernesto Palma (E. P.) — «Teatros experimentais», pp. 4, 11.
- 8 Orlando Vitorino (O. V.) — «Teatros de Amadores», p. 4.
- 9 Ernesto Palma — «A temporada teatral ou o teatro brasileiro», pp. 4-5.
- 10 Avelino Abrantes — «Caminhos do cinema português», p. 5
- 11 Orlando Vitorino (O. V.) — «O Romance e o Cinema», p. 5.
- 12 António Quadros — «Introdução a uma estética existencial. A dança e a sua evolução», pp. 5, 12.

Notas Políticas e Económicas:

- 13 Rui Carvalho dos Santos — «A economia portuguesa perante a economia europeia», p. 6.
- 14 Luís Zuzarte — «A crise do contrato», p. 6.
- 15 Ernesto Palma — «Prognose da campanha eleitoral», p. 6.
- 16 Natércia Freire — «Quase irreal», p. 7.

O Espírito no Tempo:

* Entre parêntesis aparecem as iniciais com que o artigo está identificado.

- 17 Azinhal Abelho — «Meridiano do Chiado», pp. 8,15.
- 18 Orlando Vitorino (O. V.) — «Prémios Literários», p. 8.
- 19 Ernesto Palma (E. P.) — «80 000 000 de Leitores», pp. 8-9.
- 20 Ernesto Palma (E. P.) — «A situação social do escritor português», p. 9.
- 21 António Telmo — «Futuro do Romance Português», pp. 9, 15.

57 Leu:

- 22 António Quadros (A. Q.) — «'A Paleta e o Mundo', de Mário Dionísio», p. 10.
- 23 António Quadros (A. Q.) — «'Discurso sobre Camões e Portugal', de Álvaro Lins», p. 10.
- 24 António Telmo (A. T.) — «'A Razão Animada', de Álvaro Ribeiro», p. 10.
- 25 Afonso Botelho (A. B.) — «'Nome de Guerra', de Almada Negreiros», pp. 10-11.
- 26 António Quadros (A. Q.) — «'Os avisos do destino', de José Régio», p. 11.

Actualidade Cultural:

- 27 António Telmo (A. T.) — «O Centenário de Sampaio Bruno», pp. 12-13.
- 28 «O barroco manuelino», visto por Georges Limbour [extracto], p. 13.
- 29 «O jogo e o sagrado na arte moderna», por André Chastel [extracto], p. 13.

Artes Simbólicas:

- 30 Afonso Botelho — «O enigma dos painéis», p. 16.
- 31 Fernando Morgado — «Panorama Arquitectónico Português», pp. 16, 15.
- 32 Orlando Vitorino (O. V.) — «A estética de Cândido da Costa Pinto», pp. 16, 15.

ANO I, N.º 2, AGOSTO DE 1957

Dir.: *António Quadros*

- 33 «Manifesto sobre a Pátria», pp. 1-2.
- 34 «57 e a reacção dos conformistas», pp. 2-3.
- 35 Rui Carvalho dos Santos — «A verdadeira riqueza das nações», p. 3.
- 36 Ernesto Palma (E. P.) — «Não há pessoas...», pp. 3, 12.

Notas Políticas e Económicas:

- 37 «No rescaldo da Feira das Indústrias. As indústrias mecânicas contra as indústrias espirituais», p. 3.

Artes da Palavra:

- 38 Francisco Sottomayor — «Animal racional ou razão animada», p. 4.
- 39 Avelino Abrantes — «Indiciados, Inspirados e Heróis», pp. 45.

- 40 Orlando Vitorino — «A justiça e a amizade», pp. 5, 6.
- 41 José A. Ferreira — «Integração valorativa do homem. II — A criatura e a criação», p. 6.
- 42 «Publicações recebidas», p. 6.
- 43 Baltazar Covões — «Literatismo e consciência filosófica da literatura», p. 7.
- 44 António Telmo — «Da cultura portuguesa ao romance francês», p. 7.
- 45 Baltazar Covões (B. C.) — «Os Editores. A sua inoperância comercial. A sua responsabilidade cultural», p. 7.
- 46 Agostinho de Campos — «Eu, Eu, Eu ...» [extracto], p. 7.

Artes Simbólicas:

- 47 António Quadros (A. Q.) — «A Estética de António Duarte», p. 8.
- 48 Miguel Fontana — «Folhetim das Exposições», pp. 8-9.
- 49 António Quadros — «Progressão dialéctica da pintura europeia», pp. 8-9.
- 50 Orlando Vitorino, Afonso Botelho António Quadros — «A não contar com o milagre do Génio, o único caminho é o Instituto do Cinema Português», pp. 10-11.
- 51 Ernesto Palma — «Balanço da temporada teatral», p. 12.
- 52 Avelino Abrantes — «Quem é o autor de um filme», p. 12.
- 53 Baltazar Covões (B. C.) — «Espectáculo para menores», p. 12.

Artes Espectaculares:

- 54 Ernesto Palma (E. P.) — «Os críticos», p. 13.
- 55 António de Macedo — «Resposta a um inquérito. Da adaptação de ‘A Pérola’ de Steinbeck, às possibilidades do cinema português», p. 13.
- 56 Azinhal Abelho — «Meridiano do Chiado», p. 14.
- 57 Azinhal Abelho (A. A.) — «A Feira do Livro e os interesses dos escritores», p. 14.
- 58 Ernesto Palma — «A situação social do escritor», p. 15.
- 59 «As iniciativas da Sociedade Portuguesa de Escritores», p. 15.
- 60 Afonso Botelho — «O existencialismo e a libertação do ensino», p. 16.
- 61 Afonso Cautela — «Carta a um professor primário. Actividade criadora e disciplinas informativas», pp. 16, 14.

Universidade Livre:

- 62 «Colóquio à mesa redonda. Os redactores de 57 abrem diálogo com os leitores para esclarecer, desenvolver e aprofundar», p. 17.
- 63 Álvaro Ribeiro — «Os Liceus. Um problema de antropologia aristotélica» [extracto], p. 17.
- 64 Artur Schopenhauer — «Viver da filosofia e viver para a filosofia» [extracto], p. 17.
- 65 António Quadros (A. Q.) — «Para além da crise da Universidade», p. 17.

57 *Leu*:

- 66 António Telmo (A. T.) — «Afonso Botelho e a estética enigmática dos Painéis», p. 18.
- 67 Fernando Morgado (F. S. M.) — «O Homem Contemporâneo e os seus problemas, segundo Domingos Monteiro», p. 18.
- 68 António Quadros (A. Q.) — «Os Poemas de Natércia Freire. Diálogo e invocação», p. 18.
- 69 António Quadros (A. Q.) — «Imaginação e magia na arte de José Gomes Ferreira», pp. 18-19.
- 70 António Quadros (A. Q.) — «João Gaspar Simões recebe cartas de Fernando Pessoa ou o egocentrismo de um juiz sem código», p. 19.
- 71 Ernesto Palma — «Carta Aberta aos Futuros Deputados da Nação», p. 20
- 72 «A primeira adesão ao 57», p. 20.
- 73 «O pensamento religioso português e o problema das filosofias nacionais», pp. 20, 6.

ANO I, N.º 3-4, DEZEMBRO DE 1957

Dir.: *António Quadros*

- 74 «12 Teoremas do '57'», pp. 1-2.
- 75 «Inquérito à geração nova», p. 2.
- 76 António Quadros — «A Filosofia da História em Portugal», pp. 2-3, 24.

Dimensão Atlântica:

- 77 Carlos Eugénio — «Cinco Diários de Goa», p. 4.
- 78 Alfredo Margarido — «Da necessidade de equacionar os problemas humanos ultramarinos», p. 5.
- 79 Carmo Vaz — «A ausência do livro português em Moçambique», p. 5.

Inquérito aos Pensadores Portugueses:

- 80 António Quadros (A. Q.) — «1 — O testemunho de Álvaro Ribeiro», pp. 6-9.
- 81 Pedro Bravo Fragoso — «Guerra Junqueiro e Antero de Quental. Duas espécies de Catolicismo», p. 9.
- 82 Tomás Carlyle — «Os Heróis» [extracto], p. 9.
Artes da Palavra:
- 83 Francisco Sottomayor — «Vicissitudes da Antropologia em Portugal», pp. 10, 12.
- 84 José A. Ferreira — «Integração valorativa do homem. III — A Juventude nas sociedades Modernas», pp. 10-11.
- 85 Orlando Vitorino — «Hegel e a Liberdade», pp. 11-12.
- 86 Francisco Sottomayor — «As alavancas do progresso», p. 13.

No I Aniversário da Morte de António Ferro:

- 87 «Pequena antologia do escritor António Ferro». «Uma carta da Leviana»; «A arte de bem morrer»; «A idade do jazz-band»; «O escândalo

do 'Mar Alto', a peça proibida na noite da estreia» [extractos], p. 14.

88 António Ferro — «O prémio dos humilhados» [extracto], p. 14.

89 Azinhal Abelho — «Meridiano do Chiado», p. 14.

No 1.º Centenário do Fundador da Filosofia Portuguesa:

90 António Telmo — «Sampaio Bruno, crítico literário», p. 15.

91 «Alguns aspectos do pensamento de Bruno». «O fim do homem»; «O culto e livre pensamento»; «Angelogia e política»; «O corpo de delito de uma nacionalidade»; «A revelação divina no átomo, no animal e no homem» [extractos], p. 15.

Artes Simbólicas:

92 António Quadros (A. Q.) — «A estética de Vieira da Silva», p. 16.

93 Fernando Morgado — «Para um conceito trinitário da arquitectura», p. 17.

94 António Quadros — «Progressão dialéctica da pintura europeia», pp. 17, 18.

95 António Quadros — «A Dança, primeira forma da para-existência artística», p. 18.

96 «Picasso interpretado por C. G. Jung», (Extracto de Robert Volmat, «Os psiquiatras, a arte e a crítica»), p. 18.

97 Orlando Vitorino — «O Cristo do Parque Mayer. Argumento cinematográfico», p. 19.

57 Leu:

98 António Quadros (A. Q.) — «Agostinho da Silva. Filósofo português da história», p. 20.

99 António Quadros (A. Q.) — «José-Augusto França. Idealista da arte moderna», p. 20.

100 José A. Ferreira (J. A. F.) — «Dias Agudo e a problemática actual da vida docente», pp. 20-21.

101 António Quadros (A. Q.) — «A Questão do Neo-Realismo. A propósito do 'Fogo na noite escura', de Fernando Namora agora reeditado», p. 21.

102 «Vida cultural de Lisboa», p. 22.

103 «Problemática da filosofia portuguesa contemporânea», p. 23.

104 «La Filosofia Oggi», de M. F. Sciacca [extracto], p. 23.

105 António Quadros (A. Q.) — «Contribuição para a reforma estrutural da Universidade», p. 25.

106 Avelino Abrantes — «Menoridade Intelectual do homem português: causas e soluções», p. 26.

107 Afonso Cautela — «Cartas para o futuro. A Educação-Arte Maior», pp. 26-27.

108 La Bruyère — «Les Caractères» [extracto], p. 26.

109 «Os estudantes respondem ao inquérito do 57», p. 27.

110 Ernesto Palma — «Elogio do Tubarão», p. 28.

111 Orlando Vitorino, Afonso Botelho, António Quadros — «A criação do Instituto do Cinema Português», pp. 28, 24.

- 112 José Marinho — «Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia», pp. 28, 23 (conclui no próx. número).

ANO II, N.º 5, SETEMBRO DE 1958

Dirs.: *António Quadros*
Fernando Morgado
Orlando Vitorino

- 113 «12 problemas concretos da cultura portuguesa», pp. 1-2.
114 Álvaro Ribeiro — «A Filosofia e o Direito», pp. 2-3.
115 Rafael Monteiro — «Relações esquecidas do mito português», p. 4.
116 Jonas Negalho — «Romantismo e Realismo», p. 4.
117 Sant'Anna Dionísio — «Os Precursores». Extracto de «Rio de Heraclito», p. 4.
118 Orlando Vitorino — «O Pão e a Dor», pp. 5-6.
119 Ernesto Palma (bilhete postal de) — «O elogio do tubarão», p. 5.
120 «Instituto do Cinema Português» [pequena nota].
121 António Areal — «Shelley e a defesa da Poesia», pp. 6-7.
122 António Quadros — «Do Acto Político», pp. 7-8.
123 Costa Maia — «Dos outros» [extracto], p. 7.
124 Jorge Ramos — «Influência da metafísica hindu no pensamento religioso dos Gregos», pp. 9, 22.

- 125 José Marinho — «Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia», pp. 9-10.
- 126 José Marques Leal (uma carta de) — «Sobre Pascoal Martins, os Cavaleiros Templários, os Descobrimientos, Sampaio Bruno e a tradição portuguesa», pp. 10-11.
- 127 António Telmo — «O Som e o Sono na psicologia de Henrique Bergson», p. 11.
- 128 «Pequena antologia no moderno pensamento estético português», pp. 12, 15.
- 129 Fernando Morgado — «A Arte e a Didáctica», p. 12.
- 130 Alfredo Margarido — «António Areal, desenhador neo-platónico», p. 13.

Inquérito aos Pensadores Portugueses:

- 131 «2 — Afonso Botelha», p. 14.
- 132 Avelino Abrantes — «Da menoridade positivista à maioridade do pensamento», p. 15.

57 Leu:

- 133 António Quadros (A. Q.) — «O lugar da mulher na sociedade moderna: 1. Françoise Sagan, Pamela Moore, Simone de Beauvoir; 2. Rogério de Freitas e o 'Tempo de Angústia'», p. 16.
- 134 António Quadros (A. Q.) — «Uma singular obra de pensamento. O 'Rio de Heraclito' de Sant'Anna Dionísio», p. 16.
- 135 José A. Ferreira — «Psicologia Opressora e Psicologia Liberativa», pp. 17, 22.

- 136 Francisco Sottomayor — «O Culto e a Cultura», pp. 17-18.
- 137 Sant'Anna Dionísio — «O Positivista» (extracto de «Rio de Heraclito»), p. 18.
- 137 «Três Conferências sobre um urgente problema: o da Reforma Educativa» (de Álvaro Ribeiro José A. Ferreira, António Quadros) [excertos], p. 19.
- 139 Jorge Preto — «O Sistema de Exames», pp. 19, 23.

Comunidade de Língua Portuguesa:

- 140 Alfredo Margarido — «Uma visão dos problemas angolanos», p.20.
- 141 Fernando Sylvan — «Sira Rua Ha'u Hian», pp. 20-21.
- 142 Agostinho da Silva — «A cultura brasileira», p. 21.
- 143 «Agostinho da Silva e a emigração dos intelectuais portugueses», p. 143.
- 144 Afonso Cautela — «Antes da reforma do ensino primário sugere-se um período experimental», pp. 22, 7.
- 145 Afonso Cautela — «A indignação e a vénia (diálogo)», p. 23.
- 146 Ernesto Palma — «Situação social do escritor português», p. 24.
- 147 Sant'Anna Dionísio — «A condição do escritor» (extracto de «Rio de Heraclito»), p. 24.
- 148 Baltazar Covões — «Atitudes perante o tema actual», p. 24.

- 149 António Quadros (A. Q.) — «José Régio contra José Régio», p. 24.

ANO III, N.º 6, MARÇO DE 1959

Dirs: *António Quadros*
Fernando Morgado

- 150 «O Homem Contemporâneo e o labirinto burocrático», pp. 1-2.
151 António Quadros — «O Movimento do Homem», pp. 2-3, 16-18.
152 José A. Ferreira — «O segredo e as chaves da liberdade», p. 4.
153 Francisco Sottomayor — «Religião e Pátria», p. 5.
154 Afonso Cautela — «'Convívio' e '57'», pp. 5, 20.
155 Rafael Monteiro — «O culto do Espírito Santo», pp. 6, 19.
156 Fernando Morgado (F. S. M.) — «O homem honesto», p. 6.
157 Afonso Cautela — «O 57 como teste», p. 6.
158 António Quadros (A. Q.) — «A situação social do Escritor», pp. 6-7, 20.
159 Fernando Morgado — «Apologia do duelo», p. 7.
160 Jonas Negalha — «A minha adesão ao 57», p. 7.
161 Alexandre Herculano — «Os Desprezíveis» [extracto], p. 7.
162 Fernando Morgado — «A loja nova», p. 8.
163 «A estética de Fernando Pessoa» [extractos], p. 8.

- 164 «2.º inquérito aos estudantes», p. 9.
 165 «Nós Outros», de Albert Camus [extracto], p. 9.
 166 «O Liceu e a escolha da profissão superior», de
 Dr. A. da Rocha Brito [extracto], p. 9.
 167 «...Universidade Francesa, Universidade
 Portuguesa... — um impressionante paralelismo»
 extractos, p. 9.
 168 Jorge Preto — «Esperança», p. 10.

Inquérito aos Pensadores Portugueses.

- 169 «3 — Sant'Anna Dionísio», pp. 10-11.

57 Letu:

- 170 Ana Hatherly — «Amor e Casamento. A
 propósito da 'Verdade do Amor', de Soloviev»,
 p. 12.
 171 Francisco Sottomayor — «'O Homem e Deus',
 de Amorim de Carvalho», pp. 12, 20.
 172 Avelino Abrantes — «Liberdade e Direito.
 Lendo 'Escola Formal', de Álvaro Ribeiro», pp.
 12-13.
 173 Afonso Cautela — «'Análise da Poesia', de
 António Areal», p. 13.
 174 António Quadros — «'Formação de
 Professores', de Delfim Santos», pp. 13, 20.
 175 Álvaro Ribeiro — «Cunha Seixas e a filosofia
 portuguesa», pp. 14-15, 19.
 176 «Um nome morto» — extractos de «S. Bruno e
 Louis Rougier», p. 20.

- 177 Alfredo Margarido — «Incidências sócio-económicas na poesia negra de expressão portuguesa», p. 21.
- 178 «Idearium», por Teixeira de Pascoaes [extracto], p. 21.
- 179 Fernando Sylvan — «Se o Oriente Português se dividisse de Portugal», p. 23.
- 180 Carmo Vaz — «Defesa e expansão da cultura portuguesa em Moçambique», p. 23.
- 181 «As Chaves da História e da Cultura de Portugal», p. 24.

ANO III, N.º 7, NOVEMBRO DE 1959

Dir.: *António Quadros*
Fernando Morgado

- 182 «Problemas Sexuais. Vocação e destino de cada sexo», pp. 1-2.
- 183 «O Homem e a Mulher diferem em cada uma das milhões de células que os compõem» — diz Jean Rostand [extracto], p. 3.
- 184 António Quadros — «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», pp. 4-6, 9.
- 185 Francisco Sottomayor — «Do Positivismo à Idolatria», p. 7.
- 186 Fernando Morgado — «O Lugar do Templo», pp. 8,17.
- 187 Agustina Bessa Luís — «Da Comunicação», pp. 8, 17, 19.
- 188 António Brás Teixeira — «Reflexões», p. 9.

- 189 M. Rocha Pereira — «Teoria da Crença», p. 9.
- 190 Cabral de Moncada — «Do novo conceito filosófico ao problema da filosofia portuguesa» [extracto], p. 9.
- 191 «Duas cartas de Fernando Pessoa a Sampaio Bruno», p. 10.
- 192 Ana Hatherly — «Ritmos existenciais. O Riso», pp. 10, 18.
- 193 Alfredo Margarido — «O Sebastianismo — afirmação duma filosofia da Pátria», p. 10.
- 194 Fernando Morgado — «Da Obediência», p. 11.
- 195 A. Santiago Areal — «Esquema Radical do Messianismo», p. 11.
- 196 «O Carácter de cada Sexo da ‘Antropologia em sentido pragmático’ de Kant» — «Observações soltas»; Consequências pragmáticas», pp. 12-13.
- 197 Fernando Morgado (F. S. M.) — «Os males da homonímia», p. 13.
- 198 Jorge Preto — «Geração e Corrupção», p. 13.
- 199 «2.º inquérito aos estudantes», pp. 14-15, 16.

O Pensamento Filosófico Português:

- 200 «Antologia-Cunha Seixas» [extractos], pp. 15-16.
- 201 «Leonardo Coimbra» [extractos], p. 16.
- 202 Fernando Sylvan — «Nós, os Portugueses...», p. 18.
- 203 «Um viajante na Suíça: Alexandre Dumas», p. 18.
- 204 Fernando Morgado (F. S. M.) — «Glória e Epigrafia», p. 19.
- 205 «Crise, Acção, Pensamento», pp. 20, 19.

ANO IV, N.º 8, JUNHO DE 1960

Dir.: *António Quadros*
Fernando Morgado

- 206 «Portugal d'Aquém... e d'Além-Mar», p. 1.
207 «Movimento 57», pp. 1, 16.
208 António Quadros — «Da Comemoração à Criação. O que foi, é e será o descobrimento», pp. 2, 14.
209 Francisco Sottomayor — «Tradição e Traição», p. 3.
210 Jorge Preto — «Hierofania e Hieroclastia», p. 4.
211 José Valle de Figueiredo — «Existência e Circunstância Portuguesa», p. 4.
212 Carmo Vaz — «Cultura Portuguesa em Moçambique», p. 5, 7.
213 Armando Luís — «Prefácio ao Problema da Literatura e do Mal», p. 5.
214 Afonso Botelho — «O Inconformista» (conto), p. 6.
215 Fernando Morgado — «Do Mal e do Bem», p. 7.
216 Azinhal Abelho — «Meridiano do Chiado», p. 8.
217 António Quadros (A. Q.) — «4 Hinos órficos», pp. 8, 13.

Artistas Portugueses:

- 218 Ana Hatherly — «Martins Correia-escultor», p. 9.
219 «O homem contemporâneo no labirinto burocrático. II — Depois da simplificação», pp. 10, 13.

Crítica:

Poesia:

- 220 António Quadros — «A Poesia de Ana Hatherly», pp. 10-11.

Filosofia:

- 221 António Brás Teixeira — «Para a História da Filosofia em Portugal no Século XX», de Cabral de Moncada», p. 11.

Música:

- 222 M. Rocha Pereira — «Recital Fernando Lopes Graça», p. 11.

Cinema:

- 223 António de Macedo — «Hirosh Inagaki: O Homem do Rickshaw», p. 11.
224 Romeu de Carvalho — «As Evoluções Biológica e Social», pp. 12, 13.

O Pensamento Filosófico Português:

- 225 «Leonardo Coimbra — O Criacionismo» [extracto], p. 14.
226 «Notas à Margem da Cultura», pp. 16, 15.

- 227 «Viveremos num regime de Matriarcado?», pp. 16, 13.

ANO IV, N.º 9, SETEMBRO DE 1960

Dir.: *António Quadros*
Fernando Morgado

- 228 «57. O Equívoco», pp. 1, 12, 11.

Artistas Portugueses — II:

- 229 Fernando Morgado — «Querubim Lapa — Pintor», pp. 1, 7.
230 António Quadros — «Os Ilimites da Ciência», p. 2.
231 «Conservação e Progressão da Espécie Humana», por W. Ostwald [extracto], p. 3.
232 Carlos Eugénio — «Reverso Negro duma África Branca», pp. 4, 5.
233 «Universidade de Bale», p. 4.
234 Agustina Bessa Luís — «Carta do Porto — a Sátira das Primeiras Filas», p. 5.
235 Azinhal Abelho — «Meridiano do Chiado», p. 6.
236 Ana Hatherly — «A Beleza e o Caos», pp. 6, 10.
237 «O homem contemporâneo no labirinto burocrático. III — As vozes do postigo», p. 8.

Crítica:

Filosofia:

- 238 António Brás Teixeira — «Dois livros de Agostinho da Silva: 'Um Fernando Pessoa', 'As Aproximações' p. 8.
- 239 Azinhal Abelho — «'O Lobo e as Estrelas', de Telmo Ferraz», p. 8.

Teatro:

- 240 Bernardo Santareno — «Os que desceram aos infernos», pp. 8-9.

Cinema:

- 241 António de Macedo — «'O que é o Cinema', de Ernesto de Sousa», p. 9.

Poesia:

- 242 António Quadros — «'Espaço Mortal', de Afonso Cautela», p. 9.
- 243 Luís Carlos Espírito Santo — «Educação Feminina e Educação Feminista», pp. 12, 10.

ANO IV, N.º 10, DEZEMBRO DE 1960

Dir.: *António Quadros*
Fernando Morgado

- 244 [Problemas concretos da cultura portuguesa], pp. 1, 20, 19.

- 245 Armando Luís — «Milagre, Tempo e Espaço», p. 2.
- 246 Luís Zuzarte — «50 Aforismos», pp. 3, 16.
- 247 Carlos Eugénio — «Comparar não é ter razão», p. 4.
- 248 Azinhal Abelho — «O Meridiano do Chiado», p. 5.
- 249 Rui Bandeira — «Progressão e Movimento no Teatro», p. 5.
- 250 Alberto Fonseca Araújo — «Para a Construção da Cidade Futura», pp. 6, 14.
- 251 Ana Hatherly — «Ritmos Existenciais. II — A Saudade», p. 6.
- 252 «As Máscaras Fantásticas», de Kippel [extracto], p. 7.
- 253 «O Equívoco Desportivo», p. 7.
- 254 José Valle de Figueiredo — «Razões Solares e Arcaicas de Portugal», p. 7.

Música:

- 255 António de Castro — «Os Concertos de Outubro S. Carlos», p. 8.

Cinema:

- 256 Miguel Bandeira — «Cinema Francês: ‘As ligações perigosas’», p. 8.
- 257 Paulo Bizarro — «Cinema Português: As ligações edificantes: ‘Encontros com a Vida’», p. 9. Teatro.
- 258 António Brás Teixeira — «O teatro português e o público ou uma relação que não existe», p. 9.

Caminhos da Escola de Lisboa:

- 260 Fernando Morgado — «A Propósito da Arte Abstracta. Uma visita ao Salão de Arte Moderna da S.N.B.A.», pp. 10-11.

Caminhos da Escola de Paris:

- 261 António Quadros (A. Q.) — «A Propósito do Impressionismo. Uma visita ao 'Jeu de Paume'», p. 11.
- 262 António Quadros (A. Q.) — «A propósito de Picasso e da arte abstracta no Museu de Arte Moderna de Paris», p. 11.
- 263 António de Castro (A. C.) — «Inauguração em Paris da exposição 'Les Sources du XX^e Siècle'», p. 11.
- 264 António Quadros — «Nove Proposições Verbais», pp. 12-13.
- 265 Alfredo Margarido — «Saudosismo Republicano de Teixeira de Pascoaes», p. 15.
- 266 «O Homem Contemporâneo no labirinto burocrático», p. 16.

Crítica:

- 267 Francisco Sottomayor — «O Enigma Português, sua dedução cronológica e filosofia escolástica», pp. 16-17.

Literatura:

268 António Quadros (A. Q.) — «Os Romances de Virgílio Ferreira», p. 17.

Ensaio:

269 António Quadros (A. Q.) — «Do Espírito e do Tempo», de Manuel Antunes», p. 17.

Poesia:

270 António Quadros (A. Q.) — «As Cinco Regras do Equilíbrio», de José Valle de Figueiredo», p. 17.

271 José Valle de Figueiredo — «Os Livros Sibilinos da Lusitânia», de Henrique Tavares», pp. 17-19.

272 Luís Zuzarte — «A cisão extrema em Fernando Pessoa», p. 19.

273 Miguel Bandeira (M. B.) — «O primeiro dia do homem fora do paraíso», p. 19.

274 António Botelho — «É dia de Natal para um homem só» (conto), p. 18.

275 Luís Carlos Espírito Santo — «Livro único, ensino estático», p. 20.

ANO VI, N.º 11, JUNHO DE 1962

Dir.: *António Quadros*
Fernando Morgado

276 «Integração Europeia ou Integração Portuguesa?», p. 1.

277 «Colégio Português das Artes», p. 1.

- 278 António Quadros — «Europa ou Portugal? Que Europa? Que Portugal?», pp. 1, 13.
- 279 António Quadros (A. Q.) — «Sessenta anos de autonomia cultural e independência política», pp. 2, 11, 15.
- 280 António Quadros — «Os Três Problemas Portugueses: Filosofia, História e Futuro da Pátria», pp. 3-4.
- 281 Fernando Morgado — «Hierarquia e Hierocracia», pp. 5-6.

Crítica:

- 282 «'Para um diálogo sobre Angola', de Manuel Vinhas», pp. 6-7.
- 283 Francisco Sottomayor — «A Filosofia e a 'Teoria do Ser e da Verdade'», p. 7.
- 284 «Os 'Blousons Noirs'», p. 7.

Movimento de Cultura Portuguesa no Ano de 1961:

- 285 «Em Abril: 'Manifesto à Nação'», p. 8.
- 286 «Em Junho e Julho: Colóquio 'O que é o ideal português?'», pp. 8-9.
- 287 «Em Dezembro: 'Apelo patriótico ao Governo da Nação'», p. 9.
- 288 Azinhal Abelho — «Meridiano do Chiado (Memórias)», p. 9.
- 289 António Brás Teixeira — «Teatro Português, Teatro sem Palco», p. 10.
- 290 António de Castro — «Problemas Musicais», pp. 10, 14.

- 291 António Brás Teixeira — «Um novo ciclo épico na poesia portuguesa», pp. 12, 14.
- 292 Armando Luís — «Crise de Universidade ou a queda do Símbolo», p. 16.
- 293 Alexandre Coelho — «Problemas económicos», p. 16.

ÍNDICE DE AUTORES DO JORNAL 57

ABELHO, Azinhal (*)
ABRANTES, Avelino
ARAÚJO, Alberto Fonseca
AREAL, António Santiago

BANDEIRA, Miguel
BANDEIRA, Rui
BIZARRO, Paulo
BOTELHO, Afonso
BOTELHO, António
BRITO, Dr. A. da Rocha
BRUNO, Sampaio
LA BRUYÈRE

CAMPOS, Agostinho de
CAMUS, Alberto
CARLYLE, Tomás
CARVALHO, Romeu de
CASTRO, António de
CAUTELA, Afonso

(*) Os números referem-se à numeração utilizada nos «Sumários do jornal 57».

CHASTEL, André
COELHO, Alexandre
COIMBRA, Leonardo
COVÕES, Baltazar
DIONÍSIO, Sant'Anna
DUMAS, Alexandre

EUGÉNIO, Carlos

FERREIRA, José Antunes
FERRO, António
FIGUEIREDO, José Valle
FONTANA, Miguel
FRAGOSO, Pedro Bravo
FREIRE, Natércia

HATHERLY, Ana
HERCULANO, Alexandre

KANT
KIPPEL

LEAL, José Marques
LIMBOUR, Georges
LUÍS, Agustina Bessa
LUÍS, Armando

MACEDO, António de
MAIA, Costa
MARGARIDO, Alfredo
MARINHO, José
MONCADA, Cabral de
MONTEIRO, Rafael

MORGADO, Fernando

NEGALHA, Jonas

OSTWALD, W.

PALMA, Ernesto

PASCOAES, Teixeira de

PEREIRA, M. Rocha

PESSOA, Fernando

PRETO, Jorge

QUADROS, António

RAMOS, Jorge

REDACÇÃO

RIBEIRO, Álvaro

ROSTAND, Jean

ROUGIER, Louis

SANTARENO, Bernardo

SANTO, Luís Carlos Espírito

SANTOS, Rui Carvalho dos

SCHOPENHAUER

SCIACCA, Michele Frederico

SEIXAS, Cunha

SILVA, Agostinho da

SOTTOMAYOR, Francisco

TEIXEIRA, António Brás

TELMO, António

VAZ, Carmo

VITORINO, Orlando
VOLMAT, Robert

ZUZARTE, Luís

BIBLIOGRAFIA

Para além dos estudos no jornal 57 (cf. referência completa nos «Sumários do jornal 57»), que foi a principal fonte utilizada, indicamos a seguir outra bibliografia, de importância para o nosso estudo:

- ANTUNES, Manuel — «Haverá filosofias nacionais?», in *Brotéria*, Lisboa, LXIV, 5 (1957), 555-565.
—, *Repensar Portugal*, Multinova, Lisboa, 1979.
BRANCO, Carlos — *Situação Actual do Pensamento Filosófico Português e outros ensaios*, Ática, Lisboa, 1960.
CAEIRO, Francisco da Gama — «Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, (número especial comemorativo do 50.º Aniversário da RFL de Lisboa), Dez. (1983), 16-43.
—, «O Pensamento Português», in *AAVV, Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, 9-32.
CASTRA, E. M. de Melo e — «As Revistas dos Novíssimos», in *Sema*, Lisboa, I, 3 (1979), 59-69.

- CRUZ, Manuel Braga da — «O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo», in *Análise Social*, Lisboa, XVIII, 70 (1982), 137-182.
- , «O Integralismo Lusitano e o Estado Novo», in *AAVV, O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982, 105-139.
- FERREIRA, João — *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Ed. Franciscana, Braga, 1965.
- FRANÇA, José-Augusto — *A Arte em Portugal no Século XX*, Bertrand, Lisboa, 1974.
- GOMES, Pinharanda — *Liberdade de Pensamento e Autonomia de Portugal*, Espiral, Lisboa, 1971.
- GUIMARÃES, Fernando — *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- LOURENÇO, Eduardo — *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 21 ed., Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- MARTINS, Luís — «A emergência de um novo filosofar em Portugal», In *JL* («Jornal de Letras, Artes e Idelas»), Lisboa, II, 45 (1982), 24-25.
- PASCOAES, Teixeira de — *Arte de ser português*, Ed. «Renascença Portuguesa», Porto, 1915.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira — «A fundamentação filosófica da Educação em António Sérgio» (Prova Complementar de Doutoramento, em manuscrito), Universidade de Évora, Évora, 1984.
- QUADROS, António — «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», in *Acto*, Lisboa, 2 (1952), 27-28, 46.
- , «A cultura portuguesa perante o existencialismo», Ensaio na trad. port. de ISMAEL QUILES, *Sartre e o*

- Existencialismo*, trad. de Luís Pestana, Arcádia, Lisboa, 1959.
- , *A Existência Literária, Sociedade de Expansão Cultural*, Lisboa, 1959.
- , *O Espírito da Cultura Portuguesa. Ensaios, Sociedade de Expansão Cultural*, Lisboa, 1967.
- , *Introdução à Filosofia da História. Mito, História e Teoria da História no Pensamento Europeu e no Pensamento Português*, Verbo, Lisboa, 1982.
- , «A revista '57' realça a reflexão filosófica sobre os valores da cultura portuguesa» (entrevista), in «Diário de Coimbra» (suplemento de «Artes e Letras 'Sopro'», de 16.09.1982 e 23.09.1982.
- , «O Homem Português», in *AAVV, Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, 185-221.
- RIBEIRA, Álvaro — «Homenagem a José Marinho», in «Diário do Minho» (secção «Parábola»), Braga, 9.02-1974.
- ROCHA, Clara — *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- RODRIGUES, Urbano Tavares — «Literatura contra o fascismo e subliteratura fascista», in *AAVV, O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982. 455-467.
- SAMUEL, Paulo — «O pensamento filosófico contemporâneo», in *Laikos*, Lisboa, VII, 3-4 (1984), 359-406.
- SERRÃO, Joel — *Temas de Cultura Portuguesa*, Ática, Lisboa, 1960.
- SILVA, Lúcio Craveiro da — «Filosofia Portuguesa Actual. Esboço histórico valorativo», in *Revista*

- Portuguesa de Filosofia*, Braga, XIV, 3-4 (1958), 397-417.
- SPINELLI, Miguel — *A Filosofia de Leonardo Coimbra. O Homem e a Vida, dois termos da sua Antropologia filosófica*, Publicações da Faculdade de Filosofia, Braga, 1981.
- TEIXEIRA, António Brás — *O pensamento filosófico-jurídico português*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Col. «Biblioteca Breve»), Lisboa, 1983.
- VITORINO, Orlando — «A Filosofia como Imagem da Pátria», in *Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1 (1981), 95-100.
- , Entrevista ao «Diário do Minho», Braga, 1.06.1985.